

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA
– PPGA O

DISSERTAÇÃO

**Alimentos Orgânicos na Percepção de Diferentes Atores Sociais do
Município de Frederico Westphalen-RS**

Flávio Vogt

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA
– PPGA O



**Alimentos Orgânicos na Percepção de Diferentes Atores Sociais do
Município de Frederico Westphalen-RS**

FLÁVIO VOGT

Sob a orientação da

Prof^a Dr^a. Katia Cilene Tabai

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica** no curso de Pós- Graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica-RJ
Fevereiro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V886a Vogt, Flávio, 1970-
Alimentos Orgânicos na Percepção de Diferentes
Atores Sociais do Município de Frederico Westphalen-RS
/ Flávio Vogt. - 2019.
56 f.

Orientadora: Katia Cilene Tabai.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Agricultura Orgânica, 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Agricultura Orgânica.
3. Segurança e Soberania Alimentar. I. Tabai, Katia
Cilene, 1970-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Agricultura Orgânica III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA

FLÁVIO VOGT

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28/02/2019

Profa. Dra. Katia Cilene Tabai – UFRRJ
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Rosa Figueiredo Nascimento – UFRRJ

Profa. Dra. Denise Rosane Perdomo Azeredo - IFRJ

DEDICATÓRIA

À minha Família: Marcilaine, Vitória e Emanuel pelo amor, carinho e apoio. Dedico este trabalho!

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Embrapa Agrobiologia e Pesagro-Rio, à Coordenação, à Secretaria e a todos os professores do Curso de Pós- Graduação em Agricultura Orgânica pelo esforço e coragem de ensinar!

À professora Katia Cilene Tabai com quem convivi durante todo o curso de Pós- Graduação em Agricultura Orgânica e que assumiu a tarefa de orientadora, colaborando com o que exigiu este trabalho!

Às componentes da banca examinadora Professora Maria Rosa Figueiredo Nascimento e Professora Denise Rosane Perdomo Azeredo, pelas contribuições e por terem aceitado o convite. Da mesma forma, às suplentes Professora Fernanda Travassos de Castro e Professora Kamila Nascimento nossos agradecimentos!

Aos colegas pela amizade, pelo convívio e aprendizado. Suamos, rimos, trabalhamos, alcançamos nossos objetivos! Tudo valeu à pena!

A todos os familiares pelo apoio e estímulo em todos os momentos e por abrirem mão do tempo de convívio levado por este trabalho!

Às pessoas entrevistadas de Frederico Westphalen que colaboraram com informações preciosas e que disponibilizaram seu tempo para que pudéssemos conhecer melhor a realidade pesquisada!

Aos amigos Éder, Marcos e Manolo pelo apoio e colaboração em momentos decisivos!

A Deus por me permitir evoluir como consciência universal!

A todos que ajudaram nesta caminhada, Gratidão!

“O Homem é a mais insana das espécies. Adora um Deus invisível e mata a Natureza visível...sem perceber que a Natureza que ele mata é o Deus invisível que ele adora.”

(Hubert Reeves)

RESUMO

VOGT, F. **Alimentos Orgânicos na Percepção de Diferentes Atores Sociais do Município de Frederico Westphalen-RS**. 2019. 56p. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Este estudo busca analisar e interpretar a percepção de vários atores sociais em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional no município de Frederico Westphalen, situado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Estes atores sociais são as famílias de agricultores familiares, a assistência técnica e extensão rural, os gestores públicos e os profissionais da área da educação, da nutrição e da saúde. Este trabalho teve início no mês de março do ano de 2017 e está autorizado pelo parecer da Comissão de Ética na Pesquisa (COMEP) da UFRRJ, dentro do Projeto de Pesquisa intitulado “Segurança alimentar: a intersectorialidade no Brasil” (Protocolo Nº 797/2016). Com base nas multidimensões da sustentabilidade, a partir da Agroecologia, foi possível levantar considerações e sugestões de cada ator social pesquisado. Dentro das dimensões Econômica, Social, Ambiental, Cultural, Política e Ética, foram abordados aspectos considerados relevantes, dentre eles: geração de emprego e renda, custos de produção, gastos com saúde pública, contaminação com resíduos químicos, dependência tecnológica, saúde do produtor e do consumidor, “penosidade” do trabalho, qualidade nutricional dos alimentos, desenvolvimento local, associativismo e cooperativismo, responsabilidade e solidariedade. Em cada aspecto foram avaliados os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e de alimentos convencionais. Também, foram obtidas sugestões e avaliado o nível de conhecimento e o envolvimento dos atores sociais com as políticas públicas existentes de apoio à agricultura familiar e orgânica e de aquisição de alimentos, bem como o que poderia ser feito para aumentar a produção e o consumo desses alimentos. Foi possível visualizar que as percepções e sugestões contemplam de que ações estão sendo feitas e podem ser ampliadas. Foi unânime, pelos atores sociais pesquisados, o respeito e a importância dos alimentos orgânicos para a segurança alimentar e nutricional. Também, que os alimentos orgânicos e a sustentabilidade da agricultura se encaixam melhor no perfil dos agricultores familiares, proporcionando sua reprodução social.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agricultura Orgânica; Segurança e Soberania Alimentar.

ABSTRACT

VOGT, F. **Organic Foods in Perception of Different Social Actors in the Municipality of Frederico Westphalen-RS**. 2019. 56p. Dissertation (Master's Degree in Organic Agriculture). Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

This study seeks to analyze and interpret the perception of several social actors regarding organic foods as strategic for the social reproduction of family farmers and for food and nutritional security in the municipality of Frederico Westphalen, located in the North of the State of Rio Grande do Sul. These social actors are families of family farmers, technical assistance and rural extension, public managers and professionals in the area of education, nutrition and health. This work began in March of the year 2017 and is authorized by the opinion of the Research Ethics Committee (COMEP) of UFRRJ, within the Research Project entitled "Food security: the intersectoriality in Brazil" (Protocol No. 797/2016). Based on the multidimensions of sustainability, from Agroecology, it was possible to raise the considerations and suggestions of each social actor researched. Within the Economic, Social, Environmental, Cultural, Political and Ethical dimensions, aspects considered relevant were contemplated, among them: generation of work and income, production costs, public health spending, contamination with chemical residues, technological dependence, health of the producer and consumer, labor "pain", nutritional quality of food, local development, associativism and cooperativism, responsibility and solidarity. In each aspect, the positive and negative impacts of the production and consumption of organic and conventional foods were evaluated. Also, suggestions were obtained and the level of knowledge and involvement of the social actors with the existing public policies to support family and organic agriculture and food acquisition was evaluated, as well as what could be done to increase the production and consumption of these foods. It was possible to visualize that the perceptions and suggestions contemplate what actions are being done and can be amplified. It was unanimous, by the social actors surveyed, the respect and importance of organic foods for food and nutritional security. Also, that organic food and the sustainability of agriculture fit better in the profile of family farmers, providing their social reproduction.

Keywords: Family Agriculture; Organic agriculture; Security and Food Sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira Livre de Frederico Westphalen/RS com produtos coloniais e de base ecológica, em 2018.....	06
Figura 2 - Agroecologia e suas diversas ramificações e especializações.....	08
Figura 3 - Selos para aposição em produtos oriundos da certificação.....	10
Figura 4 - Mapa de localização do município de Frederico Westphalen/RS.....	15
Figura 5 - Ponto de Venda da Cooperativa Coopraff de Frederico Westphalen/RS.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de entendimento de cada ator social na escala de zero a três na Dimensão Econômica.....	21
Gráfico 2 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Social.....	21
Gráfico 3 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Ambiental.....	22
Gráfico 4 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Cultural.....	22
Gráfico 5 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Política.....	23
Gráfico 6 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Ética.....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percentuais de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para as escolas de Frederico Westphalen em 2016.....	06
Quadro 2 - Multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia.....	08
Quadro 3 - Percentual das áreas com produção orgânica no mundo em 2017.....	09
Quadro 4 - Nº de estabelecimentos brasileiros que declararam fazer ou não Agricultura Orgânica.....	10
Quadro 5 - Unidades de produção orgânica do cadastro nacional do MAPA, até 2016.....	10
Quadro 6 - Nº de Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados junto ao MAPA, até 2016.....	11
Quadro 7 - Unidades de produção orgânica certificadas cadastradas no MAPA, até 2018.....	11
Quadro 8 - Distribuição da população estimada do município de Frederico Westphalen em 2018.....	15
Quadro 9 - Posição no <i>ranking</i> do IDH do município de Frederico Westphalen no ano de 2010.....	15
Quadro 10 - Caracterização fundiária do município de Frederico Westphalen em 2010.....	16
Quadro 11 - Caracterização do público pesquisado no município de Frederico Westphalen em 2019.....	18
Quadro 12 - Conhecimento geral sobre políticas públicas de apoio à agricultura familiar e orgânica dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS, em 2019.....	19
Quadro 13 - Envolvimento com políticas públicas de apoio à agricultura familiar e orgânica dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS em 2019.....	19
Quadro 14 - Ação dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos, ano de 2019.....	20
Quadro 15 - Nível de entendimento de cada ator social pesquisado em escala de zero a três.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentuais de disposição do público pesquisado em Frederico Westphalen/RS para pagar mais pelo alimento orgânico.....	19
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COAGRE	Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica
COMEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMSEAs	Conselhos Municipais de Segurança Alimentar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMATER/RS-ASCAR	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MS	Ministério da Saúde
OAC	Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica
OCS	Organização de Controle Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLEAPO	Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGAO	Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SISAGUA	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM-FW	Universidade Federal de Santa Maria-Campus de Frederico Westphalen
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2
2.1. Agricultura Familiar	2
2.2. Agricultura Orgânica	7
2.2.1. Agricultura Orgânica no Brasil	9
2.3. Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	11
2.3.1. A intersectorialidade das políticas públicas de SAN	13
3. METODOLOGIA	14
3.1. Universo da Pesquisa	14
3.2. Natureza, Tipo e Abordagem.....	16
3.3. Aspectos Éticos da Pesquisa.....	16
3.4. População e Coleta dos Dados	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1. Análise de Dados	18
4.2. Interpretação dos Dados	24
4.2.1. Dimensão Econômica	24
4.2.1.1. Geração de emprego e renda.....	24
4.2.1.2. Custos de produção	25
4.2.1.3. Gastos com saúde pública.....	26
4.2.1.4. Formas de comercialização, comércio justo e consumo consciente	27
4.2.2. Dimensão Ambiental	28
4.2.2.1. Produção diversificada	29
4.2.2.2. Recursos naturais e a contaminação com resíduos químicos.....	29
4.2.2.3. Dependência tecnológica e de importação	31
4.2.2.4. Produtividade	31
4.2.3. Dimensão Social	32

4.2.3.1.	Segurança e soberania alimentar.....	32
4.2.3.2.	Saúde ao produtor e ao consumidor.....	33
4.2.3.3.	“Penosidade” do trabalho.....	34
4.2.3.4.	Qualidade dos alimentos.....	35
4.2.4.	Dimensão Cultural.....	36
4.2.4.1.	Produção como um modo de vida.....	36
4.2.4.2.	Identificação com o alimento.....	37
4.2.4.3.	Relação de confiança: produtor-consumidor e o desenvolvimento local 37	
4.2.5.	Dimensão Política.....	38
4.2.5.1.	Associativismo, cooperativismo e os espaços de participação.....	38
4.2.6.	Dimensão Ética.....	39
4.2.6.1.	Acesso a alimentos saudáveis para todos.....	39
4.2.6.2.	Responsabilidade e solidariedade.....	40
4.3.	Perspectivas Sobre o Tema Pesquisado.....	40
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
	ANEXOS.....	48
	ANEXO 1.....	49
	ANEXO 2.....	50
	ANEXO 3.....	51
	ANEXO 4.....	55

1. INTRODUÇÃO

Tendo como referência a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2015, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome¹. Esse avanço significativo foi fruto de um trabalho árduo, tanto do poder público como da sociedade civil para dar a toda a sociedade o direito à uma alimentação adequada (BRASIL, 2015a). Para Neves (2018), na última década, o Brasil teve avanços em relação à governança e à segurança alimentar e nutricional, muito em função das ações intersetoriais e que conseguiram diminuir pobreza e fome. Mas, mesmo com os avanços conseguidos, a insegurança alimentar e nutricional aumentou novamente no nosso país e no mundo e o risco de retrocesso destes avanços é real.

Não bastasse tal insegurança, impactos negativos à saúde da população advindos do sistema alimentar hegemônico e que aparecem em vários indicadores nutricionais, sendo alguns deles o aumento dos índices de obesidade e sobrepeso (BRASIL, 2015a). Esses impactos nos faz pensar sobre a qualidade nutricional dessa alimentação que está disponível às famílias brasileiras e como melhorar isso. Pode-se visualizar na seguinte citação:

Indicadores como esses demandam ações voltadas à transformação do sistema alimentar predominante, fortemente marcado por fatores, entre outros, como ameaças ao nosso patrimônio alimentar pela uniformização e restrição dos hábitos alimentares, pelo consumo de produtos ultraprocessados que têm má qualidade nutricional, pelo uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, pela perda da biodiversidade, e pela violação do direito à terra dos agricultores familiares e camponeses e dos direitos territoriais dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2015a).

O processo de modernização da agricultura no Brasil, principalmente nas décadas de 70 e 80, forçou a agricultura familiar ao uso de tecnologias e insumos padronizados e à produção de *commodities* para atender os grandes complexos industriais no mercado de alimentos. De acordo com Dal Soglio e Kubo (2009), esse processo de quimificação e homogeneização da agricultura convencional trouxe vários impactos negativos, principalmente no âmbito social e ambiental e com relação direta com a produção de alimentos, ou seja, alimentos produzidos com alta carga de agrotóxicos e perda de diversidade pelos cultivos de monoculturas.

No entanto, para Caporal e Costabeber (2004), a produção agroecológica ou orgânica cresce em todo o mundo de forma acelerada, com uma taxa de 20 a 30% ao ano, sendo a Europa, Estados Unidos e Japão como os maiores produtores e consumidores. No Brasil, apesar da produção e comercialização de orgânicos estar em ascensão, o acesso e a distribuição de alimentos com qualidade e em quantidade satisfatória ainda é muito deficitário, mesmo contabilizando a produção e oferta de alimentos produzidos em sistemas convencionais e que usam agroquímicos de síntese. Neste sentido, destaca-se o esforço da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (BRASIL, 2001).

A PNSAN foi estabelecida pelo decreto nº 7.272/2010, onde regulamentou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346 de 2006 (BRASIL, 2006). Nessa política que se estabelece o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

¹É um relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que é divulgado em Roma. O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome.

(PLANSAN) que é o principal instrumento onde estão previstas as diferentes ações do governo federal que se propõem a respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para todas as pessoas que estão no Brasil (BRASIL, 2016b).

Mesmo com esse processo de modernização que forçou à uma agricultura de monocultivos, a produção diversificada continuou sendo realizada por muitos agricultores familiares do Brasil e boa parte destes alimentos circulando localmente através das cadeias curtas de comercialização. Pelo menos, é o caso do município de Frederico Westphalen/RS, local deste estudo, onde a agricultura familiar se manteve e, em sua dinâmica e sobrevivência, buscou amparo nos processos organizativos e associativos e na diversificação da produção. Além disso, algumas destas famílias usam como base de sustentação os princípios agroecológicos para a produção de alimentos. Inerente a este comportamento dos agricultores familiares é o fato de que parte do público consumidor de alimentos dá sinais de que está mais exigente e mais informado a respeito de padrões de qualidade dos alimentos que adquirem e consomem.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a percepção dos vários atores sociais em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional no município de Frederico Westphalen, situado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Estes atores sociais são as famílias de agricultores familiares, a assistência técnica e extensão rural, os gestores públicos, os profissionais da área da educação, da nutrição e da saúde.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Agricultura Familiar

De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo terceiro (Art. 3º), a agricultura familiar brasileira fica caracterizada no que segue: “Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície

total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente” (BRASIL, 2006).

Para Wanderley (1996) a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A mesma autora afirma que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: “...o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. É um patrimônio herdado pelos atuais agricultores familiares no Brasil”. No entanto, Niederle e Wesz Junior (2018) afirma que esta legitimação da agricultura familiar como um modo de vida não pode ser apenas retórica, ou seja, para além das demandas por políticas públicas, alguns movimentos sociais da agricultura familiar discutem o lugar deste segmento social nos mercados alimentares. Esta discussão coloca questionamentos de o que produzir? Como processar? Onde vender e para quais consumidores? A resposta a esses questionamentos é de que as políticas públicas demandadas não respondam apenas à absorver mão-de-obra e produzir alimentos, mas que estejam também atentas às demandas sociais por saúde, sustentabilidade, diversidade e equidade.

Com base em Buainain e Sousa Filho (2006), a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada e inclui famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio. Para esses autores um traço comum da agricultura familiar é a utilização majoritária da mão-de-obra familiar. Mas, o que diferencia mesmo os agricultores familiares é o fato de que:

Está associado à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. (BUAINAIN e SOUSA FILHO, 2006).

Para Buainain e Sousa Filho (2006), a agricultura familiar e a Agroecologia são temas da maior relevância para o avanço da humanidade. Ainda que desenvolvimentos históricos de perspectiva e escala os tenham colocado em trilhos diferentes, imperativos da própria natureza, hoje ameaçada, nos obrigam a voltar a ver os dois temas por uma lente comum.

Cabe salientar que a agricultura convencional vem se reproduzindo com seus problemas e impactos negativos, principalmente no âmbito ambiental e na maioria de abrangência regional ou global. No conjunto destes impactos e problemas podemos exemplificar com alguns deles: o caso da poluição com o uso de agrotóxicos; erosão e acidificação de solos; perda da biodiversidade; extinção de espécies; destruição de recursos naturais como matas nativas e reserva de águas, desertificação com práticas de monoculturas (DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

Ressalta-se que esses impactos ambientais citados tem relação direta ou indireta com as dimensões econômica (concentração do poder e da riqueza) e social (desarticulação e êxodo das comunidades rurais).

Ainda, sobre a agricultura convencional, segundo Caporal (2015), há consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, dada sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados. E para reforçar o que já foi exposto aqui, o modelo convencional de agricultura é o responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças socioeconômicas no meio rural. Portanto, é necessária uma mudança de paradigma que busque estilos de desenvolvimento rural e de agricultura com sustentabilidade ecológica e equidade social.

2.1.1. Capital social e cooperação na agricultura familiar

Acredita-se que seja em função da necessidade de comercialização de parte da produção gerada pelos agricultores familiares de Frederico Westphalen é que se constituíram as organizações cooperativas e associativas, fruto de um processo social e cultural de relações de cooperação com acúmulo de valores organizativos, o que podemos chamar de capital social.

De forma consensual a literatura acaba afirmando que o capital social faz referência à habilidade dos indivíduos em garantir benefícios por meio de associação em redes de relações sociais alicerçadas por confiança, normas e costumes. É ele que “azeita” e permite manter as instituições coesas e vinculadas ao cidadão, visando à produção do bem comum (FURLANETTO, 2008).

Os conceitos sobre capital social podem ser agrupados em duas grandes correntes, sendo uma com base mais sociológica, reforçando a ideia de que ações individuais podem ser fortalecidas ao participarem de redes sociais, seja por interações diretas ou indiretas com os outros atores da rede. A outra corrente tende mais aos cientistas políticos, onde o capital social é visto como uma parte significativa das relações e laços internos que caracterizam as bases da ação coletiva e garantem-lhe a coesão necessária para atingir os resultados esperados. Para Furlanetto (2008), os debates conceituais acerca do capital social tendem a convergir para uma formulação que o classifica em três grandes categorias, sendo:

a comunitária, a qual associa o capital social a organizações locais, grupos cívicos e redes informais; a que possibilita que as pessoas estabeleçam pontes, tanto verticais como horizontais, com outras pessoas; e a institucional, a qual agrega às duas primeiras os aspectos políticos e sociais que moldam a estrutura social e permitem que as normas de cooperação e reciprocidade desenvolvam-se, enfocando o acesso e interferência que os grupos sociais têm sobre organizações formais, sistema judiciário ou empresas. É comum entre os estudiosos do tema, a tese de que os benefícios advindos do capital social de uma população poderão tornar o processo produtivo mais eficiente. Assim sendo, admite-se como conceito de capital social de uma determinada população o conjunto de bens sociais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam o comportamento cooperativo entre os indivíduos dessa mesma população (FURLANETTO, 2008).

Para Putnam (2006), uma característica específica do capital social é a confiança, as normas e as cadeias de relações sociais. O capital social visto como um fenômeno social está fundamentado em dois aspectos centrais: a associação de indivíduos em redes ou outras formas

de organização horizontal e a existência de confiança mútua e reciprocidade. Isso facilita as ações coordenadas, estimula a cooperação espontânea e inibe os comportamentos oportunistas.

De acordo com Magri e Correa (2012), as características do cooperativismo familiar e solidário são as de organização política e social das camadas mais humildes de agricultores, para ampliar as oportunidades de acesso a mercados, à distribuição de riquezas, à maior participação e controle social, gerando maior desenvolvimento local, com sustentabilidade. Essas organizações de agricultores familiares, a cada dia, ganham importância na busca de um desenvolvimento rural sustentável, na produção de alimentos saudáveis, na abertura de mercado e na agregação de valor para os produtos de seus associados.

No município de Frederico Westphalen existem algumas associações de agricultores familiares e três cooperativas ligadas ao setor agropecuário. A cooperativa maior, Cotrifred (Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen/RS), está com suas atividades voltadas mais à produção de grãos, bovinocultura de leite, lojas agropecuárias e supermercados. Das outras duas menores, a denominada Vale das Cuias está envolvida com a produção de porongo e seu processamento artesanal em cuias e sua devida comercialização. A Coopraff (Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen) que teve seu início em meados de 2007, com o objetivo de unir forças para ampliar e buscar novos mercados para os produtos produzidos pelas agroindústrias locais. Possui um ponto de vendas junto à sua sede onde os cooperados podem vender os seus produtos aos consumidores finais; tem participação ativa no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente conta com 44 associados.

2.1.2. Espaços de produção, comercialização e consumo

No setor agropecuário de Frederico Westphalen prevalecem as pequenas propriedades rurais de característica familiar com considerável diversificação na estrutura produtiva, com atividades como a bovinocultura de leite, suinocultura, feijão, milho, soja, pequenas agroindústrias, fruticultura, olericultura, artesanato (destaque para cuias de porongo), dentre outras.

Como já descrito anteriormente, a necessidade de comercialização dessa produção agropecuária levou à formas de organizações cooperativas e associativas. No entanto, enfatiza-se neste trabalho somente ações da cooperativa Coopraff por esta dar apoio à produção orgânica que é o tema relacionado, além de estar envolvida diretamente com o mercado institucional através do PAA e do PNAE.

Cabe destacar que é importante o apoio que a cooperativa Coopraff está disponibilizando à produção orgânica no município, pois vários agricultores ao longo do tempo vêm desenvolvendo atividades de base ecológica e, mais recentemente, algumas famílias se desafiaram no processo de certificação orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para tal, com o apoio da cooperativa, Emater/RS-Ascar² e da Rede Ecovida³, organizou-se um grupo informal denominado Grupo Barril de Produtores Orgânicos

² Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado do Rio Grande do Sul.

³ É uma rede horizontal e descentralizada e está baseada na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área

que está discutindo o seu processo de produção e organização para se fortalecer cada vez mais e fomentar o ingresso de novas famílias. Também estão projetados, como desafio, trabalhos de sensibilização junto aos consumidores urbanos quanto à qualidade dos alimentos e consumo consciente.

Outro ponto a destacar é que existe em Frederico Westphalen/RS a comercialização de alimentos através de feiras livres, conforme a **Figura 1**. Uma delas tem alimentos predominantemente produzidos em sistema convencional, com frequência semanal e organizada com 23 famílias de agricultores. A outra é bem recente, com sistemas de produção de base ecológica, tem acontecido esporadicamente junto ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria- Campus de Frederico Westphalen (UFSM-FW).



Figura 1. Feira Livre de Frederico Westphalen/RS com produtos coloniais e de base ecológica, em 2018.

De acordo com a Emater/RS-Ascar (2017), em relação ao PNAE operacionalizado em Frederico Westphalen/RS, no ano de 2016, tem-se alguns índices percentuais de aquisição de alimentos com base nos recursos próprios da Prefeitura Municipal e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A média de aquisição ficou em 39,78%, somando FNDE das escolas municipais e escolas estaduais e mais recursos próprios da Prefeitura Municipal. Observa-se estes índices no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Percentuais de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para as escolas de Frederico Westphalen em 2016.

Município	FNDE (Escolas municipais)	Recursos Próprios	Média	FNDE (Escolas Estaduais)
Frederico Westphalen	37,85	42,53	39,78	35,88

Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2017.

Ainda, sobre o PNAE, é importante lembrar um estudo recente sobre a aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, em 52 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo um deles Frederico Westphalen. O estudo teve o objetivo de verificar o

geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. A soma dos diferentes núcleos (nos estados do RS, SC e PR) formam a Rede Ecovida de Agroecologia. É pioneira no desenvolvimento da certificação orgânica participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é também conhecida como Sistema Participativo de Garantia (REDEECOVIDA,2018).

perfil de adequação desses municípios ao Programa, bem como analisar as chamadas públicas quanto à caracterização destes alimentos, periodicidade de recebimento e os pontos de entrega por parte dos produtores rurais. A maioria dos municípios analisados cumpriu o determinado pela legislação do PNAE e encontrou-se nas chamadas públicas uma grande diversidade de alimentos, tanto de origem vegetal quanto de origem animal, sendo a maior parte deles *in natura*. Dos municípios analisados, 71,2% atingiram 30% de gêneros alimentícios oriundos de agricultura familiar (FERIGOLLO et al., 2017).

Em relação ao PAA, podemos considerar que houve participação assídua da Cooperativa Coopraff em vários editais públicos ao longo do Programa. A última participação ocorreu no ano de 2017 (operacionalizada em 2018) em edital de chamada pública, modalidade PAA-Compra com Doação Simultânea, destinada à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2. Agricultura Orgânica

O termo Agroecologia vem sendo usado desde os anos 70, porém a prática e a ciência agroecológica têm a mesma idade da agricultura. Nesta visão, devemos trabalhar com sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2002).

Para Gliessman (2009) a Agroecologia é definida como a ciência que aplica os conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Ainda afirma que: *“a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”*.

O conceito de Agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, ou seja:

O modelo de agricultura sustentável são os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, ao conhecimento científico atual para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos (respeito à natureza), econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade a longo prazo (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Para Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann, (2017) a Agroecologia é a busca constante da sustentabilidade nos agroecossistemas, que formará as bases da construção do desenvolvimento rural sustentável. Tal sustentabilidade deve ser visualizada, estudada e proposta de maneira a buscar permanentemente novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas. Tais dimensões referidas estão descritas no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia.

Dimensão	Visão
Ecológica	Está relacionada com todo o processo de produção agrícola e a maneira como interagimos com a natureza.
Social	O produto gerado nos agroecossistemas deve ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade.
Econômica	Pensar os ganhos econômicos de um dado agroecossistema, sem comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais, fundamentais para as gerações futuras.
Cultural	Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural.
Política	Tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural.
Ética	Está relacionada à solidariedade das pessoas com seus familiares, comunidades e com pessoas e comunidades desconhecidas, além da responsabilidade dos indivíduos com o ecossistema em si.

Fonte: REINIGER, WIZNIEWSKY e KAUFMANN, 2017.

Como descrito anteriormente em Dal Soglio e Kubo (2009), o modelo convencional e hegemônico de agricultura trouxe vários impactos negativos. Diante disso, busca-se estudar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proteja os recursos naturais como um todo. Para tal, em vários países do mundo surgem/ressurgem as agriculturas “alternativas” com suas denominações. Trata-se da Agroecologia que engloba diversas ramificações e especializações, como é o caso da: Agricultura Biodinâmica, Permacultura, Agricultura Ecológica, Agricultura Natural, Agricultura Orgânica, os Sistemas Agroflorestais, e outras. Cada uma segue suas especialidades filosóficas e tecnológicas, suas regras e normas de acordo com suas correntes da **Figura 2**.

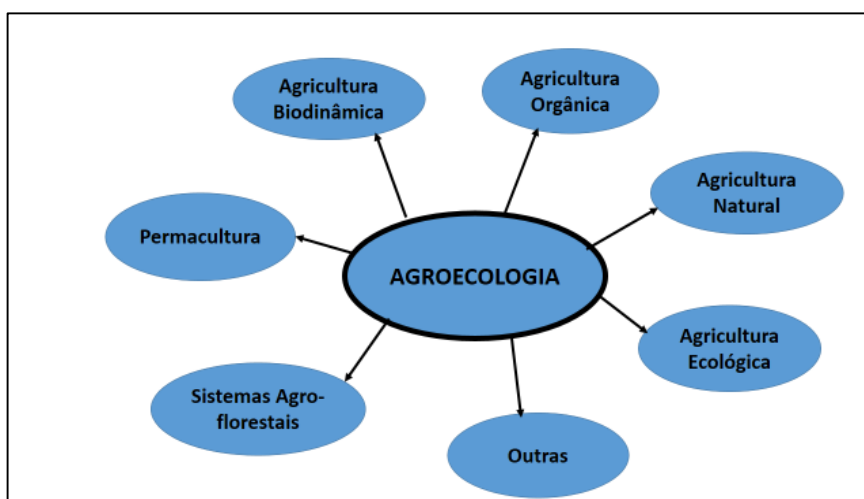


Figura 2 - Agroecologia e suas diversas ramificações e especializações.

Fonte: CAPORAL e COSTABEBER, 2004.

Conforme Pelegrini (2012), a Agricultura Orgânica apresenta um conjunto de normas bem definidas para a produção e que são bem aceitas no Brasil, como também em vários outros países do mundo. Talvez seja a corrente de agricultura de base ecológica mais difundida e conhecida em todo o mundo. A Agricultura Orgânica pode ser considerada como sinônimo das outras correntes de agriculturas de base ecológica, sendo ela o termo mais universalizado e mais entendido pelo senso comum.

De acordo com o **Quadro 3**, temos no mundo a seguinte situação em relação às áreas com produção orgânica quanto à sua distribuição percentual em cada continente, sendo a Oceania com maior percentual de área com atividade voltada à produção orgânica, com 46,3%.

Quadro 3 - Percentual das áreas com produção orgânica no mundo em 2017.

Continente	Percentual de área em 100%
Oceania	46,30
Europa	22,60
América Latina	20,80
América do Norte	6,70
Ásia	2,60
África	1,00

Fonte: PLANETAORGÂNICO, 2017.

2.2.1. Agricultura Orgânica no Brasil

No Brasil, a produção orgânica é reconhecida e normatizada pelo Governo Federal. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) os sistemas orgânicos buscam contemplar, dentro de sua proposta a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos; respeito à integridade cultural das comunidades rurais; sustentabilidade econômica e ecológica; maximização dos benefícios sociais; uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos; proteção do meio ambiente. E, como forma de valorizar a produção de alimentos orgânicos e atender demandas advindas dos próprios agricultores, via suas organizações e suas parcerias, o MAPA criou a Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica (COAGRE) que é o setor deste Ministério responsável pela coordenação e execução de ações voltadas a essa temática. Estas ações estão amparadas pelos seguintes marcos legais: Lei nº 10.831, de 23 de março de 2003 (Lei da Produção Orgânica); Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 (Regulamenta a Lei da Produção Orgânica); Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 (Altera a regulamentação da Lei de Agrotóxicos); Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (Cria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO); Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019) (BRASIL, 2016a).

É importante destacar que um dos principais instrumentos do PNAPO é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Este Plano é também conhecido como Brasil Agroecológico. O PLANAPO iniciou em 2013 até 2015 e que proporcionou várias ações e implantação de políticas públicas e com um bom aporte de recursos financeiros. O PLANAPO contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas em todo o território nacional. E, para aperfeiçoar o primeiro, foi lançado o PLANAPO 2016 a 2019, por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016, com ações voltadas à transição agroecológica e à produção orgânica. O Plano compõe seis eixos estratégicos, sendo eles: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; Comercialização e Consumo; Terra e Território e Sociobiodiversidade (BRASIL, 2016c).

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) mostram que mais de 68 mil de estabelecimentos brasileiros declararam fazer Agricultura Orgânica, destes mais de 4 mil estão no Estado do Rio Grande do Sul, conforme **Quadro 4**. Porém, a grande maioria (75%) destes estabelecimentos não possuem registro e selo de certificação orgânica oficial junto ao MAPA.

Quadro 4 - Número de estabelecimentos brasileiros que declararam fazer ou não Agricultura Orgânica.

	Não faz agricultura/pecuária orgânica	Faz agricultura/pecuária orgânica
Brasil	5.003.436	68.716
Rio Grande do Sul	360.912	4.140

Fonte: IBGE, 2018.

O MAPA, através da Instrução Normativa nº 18, de 20 de junho de 2014, instituiu o selo único e oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabeleceu os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos certificados (BRASIL, 2014c).

No Brasil, para comercializar produtos orgânicos, os produtores devem se regularizar obtendo certificação por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao MAPA ou organizar-se em grupo e cadastrar-se junto a este mesmo Ministério para realizar a venda direta sem certificação. A certificação pode ser obtida pela contratação de uma certificadora por auditoria ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Se o interesse for apenas pela venda direta ou institucional, os produtores podem formar uma Organização de Controle Social (OCS), sendo que, neste caso, o MAPA não permite o uso do selo de certificação direto na embalagem do produto (BRASIL, 2011). A **Figura 3** mostra o modelo de selos para uso em produtos certificados.



Figura 3 - Selos para aposição em produtos oriundos da certificação.

Fonte: BRASIL, 2018.

No Brasil, a certificação orgânica está registrada no MAPA (**Quadro 5**), com 14.449 unidades de produção cadastradas, até 2016, de acordo com a aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica.

Quadro 5 - Unidades de produção orgânica do cadastro nacional do MAPA, até 2016.

Organismo de certificação	Nº de unidades de produção cadastradas
OAC	8.968
OPAC	2.449
OCS	3.032
TOTAL	14.449

Fonte: BRASIL, 2016c.

Quanto a credenciamento de Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) junto ao MAPA, temos no Brasil, até o ano de 2016, 295 cadastros confirmados (BRASIL, 2016). O **Quadro 6** mostra o número de Certificadoras por auditoria, por Sistema Participativo de Garantia (SPG) e por Organização de Controle Social (OCS), prevalecendo o OCS em mais de 90% dos credenciamentos.

Quadro 6 - Número de Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados junto ao MAPA, até 2016.

Organismo de Avaliação e Conformidade	Nº de credenciamentos
OAC (Certificadoras por auditoria)	008
OPAC (sistema participativo)	018
OCS (Controle social)	269

Fonte: BRASIL, 2016c.

É importante ressaltar que no Brasil a certificação orgânica vem crescendo, pois teve um aumento de 16,65% entre os anos de 2016 e 2018, sendo mais 2.887 unidades de produção orgânica cadastradas no MAPA neste período (BRASIL, 2018). O **Quadro 7** apresenta esta evolução.

Quadro 7 - Unidades de produção orgânica certificadas cadastradas no MAPA até 2018.

Ano	Nº de unidades certificadas
2016	14.449
2018	17.336

Fonte: BRASIL, 2018.

2.3. Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em seu atual relatório afirma que aumenta a fome na América Latina e no Caribe e que 42,5 milhões de pessoas estão subnutridas. Isso demonstra que a fome está aumentando na América Latina e no Caribe pela primeira vez na última década. O novo conjunto de dados mostra que a fome, em 2013, afetava 39,1 milhões de pessoas (6,3% da população regional), subiu para 40,1 milhões em 2015 (6,3%) e alcançou 42,5 milhões em 2016, o que representa 6,6% da população regional (FAO, 2017). Já, no mundo, em 2015, eram 777 milhões de pessoas subnutridas, sendo que este índice aumentou para cerca de 815 milhões em 2016. E, dados mais recentes FAO revelaram que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo alcançou um bilhão de indivíduos (TABAI, 2017).

Embora os níveis da fome permaneçam baixos na América Latina e no Caribe em comparação com o resto do mundo em desenvolvimento, há sinais claros de que a situação está se deteriorando. O relatório da FAO é uma publicação conjunta da FAO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) (FAO, 2017).

Segundo FAO, o Brasil finalmente saiu do Mapa da Fome. Isso pode ser considerado muito positivo, pois o Brasil realizou grandes avanços na governança da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ao longo da última década, como a diminuição da pobreza e da fome e a busca de uma alimentação adequada e saudável o que demonstra o êxito das ações intersetoriais.

Por isso é necessária a inclusão da intersectorialidade nas agendas que tratam desse tema (TABAI, 2018).

Mesmo com avanços obtidos na área da SAN, a necessidade de evoluir para uma alimentação de qualidade e com acesso a todos ainda é um longo caminho a ser percorrido. Produzir alimentos sem agroquímicos sintéticos e com boa qualidade nutricional e inócuo e fazer chegar à toda população brasileira ainda é um desafio. A insegurança alimentar e nutricional ainda persiste no nosso país, mesmos com os avanços conseguidos. Porém, tais avanços não dão garantia de que não possa haver retrocessos nesse cenário (BRASIL, 2015).

A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve o lema: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar.” Esta Conferência aconteceu em 2015, em Brasília-DF, e teve como objetivo ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando a participação social e a gestão intersectorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2015a).

Tal lema foi escolhido considerando sete aspectos, sendo um deles a necessidade de reforçar o conceito de alimentação adequada e saudável em oposição a produtos “alimentícios” essencialmente industrializados e ultraprocessados. A ideia caminha no sentido de uma alimentação diversificada, produzida em bases ambientais e sociais justas e de acordo com as tradições e a cultura alimentar das populações, regionalmente contextualizada e livre de contaminantes (BRASIL, 2015a). Neste sentido, dialoga com a agricultura familiar e de base ecológica que tem condições de responder a isso com produção de alimentos de melhor qualidade, nos aspectos físicos, químicos e biológicos.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014b) se constitui em uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Ele chama a atenção no sentido de que uma parte da população (como indígenas, quilombolas, crianças e mulheres que vivem em áreas vulneráveis) sofre com deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica, enquanto outra parte vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias e as doenças crônicas é a principal causa de morte entre adultos. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras. O Guia Alimentar alerta para um enfrentamento desse cenário e propõe a necessidade de ampliar as ações intersectoriais para melhorar os diversos determinantes da saúde e nutrição quanto à alimentação adequada e saudável. Isso está evidente na Política Nacional de Alimentação e Nutrição e na Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014a).

Para qualificar ainda mais a promoção da alimentação adequada e saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, foi lançado, em 2018, o Guia para Gestores com o título: Alimentos Orgânicos nas Escolas, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Trata-se de um documento que tem o objetivo de contribuir para a adoção de estratégias que priorizem a aquisição de alimentos orgânicos e de base agroecológica da agricultura familiar na alimentação escolar. Este documento é dirigido a todos os gestores e gestoras do Poder Executivo dos municípios e estados da Federação, notadamente prefeitos, governadores e secretários de áreas afetas ao assunto, mas pode, também, inspirar membros do Poder Legislativo (IDEC, 2018).

Quanto ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2015), de acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN), estabeleceu que este conceito consiste:

Na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2015a).

E, quanto ao conceito de Insegurança Alimentar, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é definido como:

Consiste na preocupação da família de que o alimento venha a acabar antes que haja dinheiro para comprar mais passando, em seguida, pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais grave, que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para seus membros. Um conceito mais amplo, que inclua a dimensão nutricional, está em construção (BRASIL, 2015a).

2.3.1. A intersectorialidade das políticas públicas de SAN

Um conceito importante em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é o da Intersectorialidade das políticas públicas que, de acordo com a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, significa:

Ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. No campo da gestão pública e das políticas públicas, a intersectorialidade aparece como possibilidade de superação das práticas isoladas ou sobrepostas de cada área na relação aos cidadãos. O exercício da intersectorialidade se configura por ações e decisões compartilhadas, tanto no que diz respeito à identificação de necessidades, como no planejamento e na avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2015a).

Para Tabai (2018), a questão da intersectorialidade surge como parte fundamental dos documentos oficiais, como política pública, ao descrever que a construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional visa promover a intersectorialidade das ações e programas públicos e a participação social, sob a coordenação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), desdobrando-se nas esferas estadual e municipal. Sendo assim, os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEAs) têm por função propor as diretrizes gerais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional a serem implementadas pelos órgãos executores.

A questão fundamental da intersectorialidade é a ruptura das barreiras de comunicação, que impedem o diálogo entre diferentes setores. A ação intersectorial não elimina a importância da existência de espaços específicos de gestão de políticas setoriais e a adoção da intersectorialidade tende a favorecer políticas e ações que sejam influenciadas pela dinâmica de outros setores. A intersectorialidade surge como uma estratégia alternativa de gestão social, embora a implementação exija a superação de grandes desafios (TABAI, 2017).

De acordo com Neves (2018), só será possível a aplicabilidade das políticas intersectoriais quando o grupo gestor e sociedade civil tiverem a compreensão que o

desenvolvimento de tais programas são necessários e devem ser feitos. Caso contrário, a ineficiência só vai dificultar o combate efetivo à insegurança alimentar e à marginalização da agricultura familiar, aumentando o distanciamento entre os setores da educação, assistência, saúde, habitação, estes os maiores beneficiados.

No caso do município de Frederico Westphalen/RS está em discussão (organizada pela Emater/RS-Ascar e Secretaria Municipal da Educação) a reestruturação do Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEA), previsto para entrar em atuação no ano de 2019. Mesmo que, em um primeiro momento, a aplicabilidade da intersetorialidade neste município de estudo ainda demonstra algumas dificuldades de diálogo entre entidades e diferentes níveis de entendimento. Mas a intersetorialidade se apresenta viável para a integração entre os atores, desde quem produz até quem consome. Sendo assim, cabe lembrar importância da agricultura familiar de base ecológica como estratégica para a produção e oferta de alimentos. Cabe lembrar que Frederico Westphalen/RS já operacionalizou o PAA até 2018 e tem conseguido bons resultados com o PNAE até o momento que qualificou a alimentação escolar pela diversidade de alimentos *in natura* e oportunizou espaços produção e organização aos agricultores familiares.

3. METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa com o título: Segurança Alimentar: a intersetorialidade no Brasil e que foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (COMEP/UFRRJ), considerando os princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo humanos, obtendo parecer favorável, de acordo com o protocolo nº 797/2016 (ANEXO 1). Também, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que cada pessoa entrevistada consentisse com as informações repassadas, conforme ANEXO 2.

3.1. Universo da Pesquisa

O presente estudo foi realizado no município de Frederico Westphalen, situado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, conforme **Figura 4**:



Figura 4 - Mapa de localização do município de Frederico Westphalen/RS.
Fonte: IBGE, 2010.

O município de Frederico Westphalen/RS possui uma população estimada de 31.120 mil habitantes e área territorial de 264,5 Km² (quilômetros quadrados) (IBGE, 2010). A população urbana e rural é apresentada no **Quadro 8**:

Quadro 8 - Distribuição da população estimada do município de Frederico Westphalen em 2018.

População	Quantidade
Urbana	24.850
Rural	5.510
Total	30.360

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população e que varia de 0 (zero) a 1 (um) e leva em consideração a expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade, os investimentos públicos em saúde e o nível de desigualdades, de acordo com o IBGE (2010), o município de Frederico Westphalen/RS está com classificação 0,76 e é o quadragésimo oitavo colocado no *ranking* estadual, descrito no **Quadro 9**.

Quadro 9 - Posição no ranking do IDH do município de Frederico Westphalen no ano de 2010.

	Posição de Frederico Westphalen no ranking	Última colocação do ranking
Brasil	304°	5.569°
Rio Grande do Sul	48°	496°
Índice de medida	0,76	

Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à caracterização fundiária de Frederico Westphalen/RS, pode-se observar a predominância de pequenos estabelecimentos rurais e com base na agricultura familiar, como mostra o **Quadro 10**.

Quadro 10 - Caracterização fundiária do município de Frederico Westphalen em 2010.

Classificação	Quantidade
Estabelecimentos rurais com área de 1 a 10 hectares	0579
Estabelecimentos rurais com área de 10 a 50 hectares	0806
Estabelecimentos com área de 50 a 100 hectares	0041
Estabelecimentos com área de 100 a 200 hectares	0005
Total de estabelecimentos rurais	1.431

Fonte: IBGE, 2010.

Neste espaço geográfico predomina as áreas de encosta, com boa quantidade de floresta nativa remanescente contrastando com áreas de cultivos onde a agricultura familiar se destaca com alta participação na economia local. Estas famílias que habitam este espaço rural, na grande maioria, usam mão-de-obra familiar.

3.2. Natureza, Tipo e Abordagem

O presente estudo foi de natureza aplicada, pois teve a intenção de produzir conhecimento para ser integrado à realidade vivida pelos atores pesquisados. Segundo Gil (2007), a pesquisa aplicada apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, mas tem como característica fundamental o interesse na aplicação, na utilização e nas consequências práticas dos conhecimentos.

A pesquisa foi de campo que, de acordo com Fonseca (2002), é caracterizada pelas investigações em que se realiza coleta de dados junto a pessoas. Esta pesquisa dá a possibilidade de aproximar e entender melhor a realidade a ser investigada como um processo permanente e nunca acabado. A pesquisa se processa através de aproximações sucessivas da realidade e que vai subsidiar uma intervenção no real.

Este estudo de campo optou pela abordagem qualitativa, pois esta trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, num espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Sua característica é objetivar os fenômenos, descrever, compreender e explicar. Já a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno (MINAYO, 2007).

Na pesquisa de campo foi utilizado técnicas qualitativas de levantamento de dados como entrevistas semiestruturadas. Enquanto técnica de pesquisa, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 2007).

3.3. Aspectos Éticos da Pesquisa

Para dar viabilidade a esta pesquisa submeteu-se um recorte desta, em forma de projeto, ao Comitê de Ética em Pesquisa (COMEP/UFRRJ), seguindo os princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que regulamenta os procedimentos de pesquisa

envolvendo seres humanos e obteve parecer favorável pelo Protocolo 797/2016 (ANEXO 1). Os atores sociais envolvidos foram entrevistados após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO 2). Estes atores sociais são as famílias de agricultores familiares, a assistência técnica e extensão rural, os gestores públicos, os profissionais da área da educação, da nutrição e da saúde.

Para assegurar e valorizar uma condução ética, os objetivos e a metodologia foram apresentados de forma clara, em linguagem acessível aos participantes, os quais tiveram garantido o anonimato e o sigilo de suas informações. Além disso, a liberdade de participação espontânea e o direito de desistência em qualquer momento da pesquisa foram preservados e explicitados.

3.4. População e Coleta dos Dados

O município de Frederico Westphalen foi estudado nessa abordagem no que diz respeito à percepção dos diferentes atores sociais em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional desde a sua produção até o consumo final. A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2018. A coleta de dados foi desenvolvida com entrevistas e o uso de questionário estruturado (ANEXO 3).

O ANEXO 3 consiste em um questionário de pesquisa (elaboração própria) com o objetivo de guiar o levantamento de informações junto aos atores sociais pesquisados. Usou-se como base para a elaboração, apenas quatro dimensões da sustentabilidade (Econômica, Social, Ambiental e Cultural). Porém, na avaliação dos dados pesquisados, também foram consideradas as dimensões Política e Ética, entendendo que, de forma transversal, o levantamento de informações de campo conseguiu contemplar estas outras duas dimensões. Dentro de cada dimensão da sustentabilidade, elencou-se aspectos considerados relevantes e seus impactos no processo de desenvolvimento sustentável. O conteúdo do ANEXO 3 tem por base teórica: Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann, 2017 e Caporal e Costabeber, 2004.

O público pesquisado teve um total de 19 participantes, sendo três extensionistas rurais, cinco agricultores e suas representações, dois profissionais da área da nutrição, três participantes do poder público legislativo, quatro professores universitários e dois profissionais da área da saúde.

Os atores sociais pesquisados são profissionais onde suas áreas de atuação, além de ser considerada relevante no contexto do desenvolvimento local, estão envolvidas direto ou indiretamente com o tema pesquisado.

Os dados obtidos foram agrupados em um banco de dados e sistematizados utilizando planilhas eletrônicas dos *softwares* Word e Excel.

O público pesquisado está caracterizado no **Quadro 11**.

Quadro 11 – Caracterização do público pesquisado no município de Frederico Westphalen, em 2019.

Ator Social	Algumas características
Poder Público Legislativo	Foi pesquisado o Poder Legislativo, ou seja, vereadores da Câmara Municipal de Vereadores. Formação superior (Administração e Farmácia) fora das ciências agrárias.
Nutrição	Profissionais formação superior em Nutrição, ligados à Secretaria Municipal da Educação mas, também, com atuação como autônomos. Atuam com o PNAE nas escolas municipais.
Educação	Professores(as) universitários(as) (doutores e doutorandos) de universidades pública e privada e com formação na área ambiental, sociológica, agrônômica, biológica, econômica e educacional.
Saúde	Profissionais ligados à Secretaria Municipal da Saúde mas também com atuação como autônomo. Formação superior em Nutrição e Naturopatia.
Extensão Rural	Profissionais ligados à Emater/RS-Ascar com atuação regional nas áreas social e agropecuária, tendo a agricultura familiar como público prioritário atendido. Atuação com SAN e agricultura de base ecológica.
Agricultura	Famílias produtoras de alimentos de base ecológica, com certificação orgânica ou em processo de certificação. Alguns pesquisados são lideranças sindicais (sindicato de trabalhadores rurais) ou de cooperativas.

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que não estão incluídos os consumidores entre o público pesquisado pelo fato de já existir uma pesquisa nacional sobre opiniões de consumidores envolvendo consumo de produtos orgânicos (ORGANIS, 2017), além de pesquisa preliminar no município de Frederico Westphalen-RS, efetuada pela Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões mostram a análise e interpretação da percepção dos vários atores sociais em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional no município de Frederico Westphalen/RS.

4.1. Análise de Dados

Um dos pontos avaliados neste estudo foi a disposição em pagar mais por alimentos orgânicos. Um percentual de 60% dos atores sociais pesquisados se dispôs a pagar até vinte por cento (20%) a mais sobre o valor dos alimentos convencionais. Outros 20% do público pesquisado pagariam até cinquenta por cento (50%) a mais sobre o valor do alimento convencional. Os outros vinte por cento (20%) restantes mostraram disposição em pagar mais de cinquenta por cento (50%) quando o alimento for orgânico, conforme a **Tabela 1**:

Tabela 1 - Percentuais de disposição do público pesquisado em Frederico Westphalen/RS para pagar mais pelo alimento orgânico.

Se dispõe a pagar mais	Percentual de público
Até 20%	60
De 20% a 50%	20
Mais de 50%	20

Fonte: Elaboração própria.

Avaliou-se o conhecimento e envolvimento dos atores sociais pesquisados com políticas públicas existentes de apoio à agricultura familiar e orgânica. As políticas públicas avaliadas são: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Guia Alimentar. As informações estão nos **Quadros 12 e 13**, considerando que as colunas assinaladas com xis (X) é quando o ator social conhece e/ou se envolve com tal política pública.

Quadro 12 - Conhecimento geral sobre políticas públicas de apoio à agricultura familiar e orgânica dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS em 2018.

Política	PLANAPO	PRONAF	PNAE	PAA	Guia Alimentar	Outra
Pública						
Ator social						
Poder Público Legislativo		X	X			
Nutrição		X	X	X	X	
Educação	X	X	X	X	X	PLEAPO
Saúde		X	X		X	
Extensão Rural	X	X	X	X	X	PLEAPO FEAPER
Agricultura	X	X	X	X		

Fonte: Elaboração própria.

* A marcação com “X” é quando o ator social conhece a política pública mencionada.

Quadro 13 - Envolvimento com políticas públicas de apoio à agricultura familiar e orgânica dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS em 2018.

Política	PLANAPO	PRONAF	PNAE	PAA	Guia Alimentar	Outra
Pública						
Ator social						
Poder Público Legislativo						
Nutrição			X		X	
Educação	X	X	X	X		Pesquisa/ Extensão
Saúde						
Extensão Rural	X	X	X	X	X	
Agricultura	X	X	X	X		

Fonte: Elaboração própria.

* A marcação com “X” é quando o ator social se envolve com a política pública mencionada.

Analisando os **Quadros 12 e 13**, percebe-se que apenas o PRONAF e o PNAE são políticas públicas conhecidas por todos os atores sociais pesquisados, porém o envolvimento já fica restrito à Educação, à Extensão Rural e à Agricultura e, parcialmente à Nutrição. Quando a política pública é o PAA e o Guia Alimentar, o conhecimento dos atores sociais não é total, mas chama a atenção para o quesito envolvimento que aparece em menos da metade dos atores. O ator social mais deficitário, tanto em conhecimento como envolvimento, é o Poder Público

Legislativo, sabendo que este tem como objetivo principal a validação de leis e projetos que regem às políticas públicas.

Avaliou-se, também, o que cada ator social estaria fazendo para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos. Os quesitos avaliados foram: Eventos, Divulgação, Ensino e Extensão, Apoio à comercialização, Apoio a políticas públicas, Apoio à produção, Outros. As informações estão no **Quadro 14** e é possível perceber que, de modo geral, existem várias ações sendo feitas por todos os atores sociais, exceto o Poder Público Legislativo que está restrito a apenas uma delas. Porém, neste estudo não foi possível medir os impactos e resultados destas ações com maior profundidade.

Quadro 14 - Ação dos atores sociais pesquisados em Frederico Westphalen/RS para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos, ano de 2018.

Ação \ Ator social	Eventos	Divulgação	Ensino e Extensão	Apoio à comercialização	Apoio a políticas públicas	Apoio à produção	Outro
Poder Público Legislativo					X		
Nutrição		X	X	X	X		Educação nutricional
Educação	X	X	X	X	X	X	Aulas
Saúde	X	X					
Extensão Rural	X	X	X	X	X	X	Educação alimentar
Agricultura	X	X		X	X	X	Produção

Fonte: Elaboração própria.

* A marcação com “X” é quando o ator social se envolve com a política pública mencionada.

Com base nas percepções gerais pesquisadas junto aos atores sociais desenvolveu-se uma avaliação do nível de entendimento de cada um desses atores em relação à temática abordada neste estudo. Para tal, usou-se uma escala de medida numérica de zero a três, sendo: zero (0): não possui entendimento; um (1): possui pouco entendimento; dois (2): possui entendimento razoável; três (3): possui bom entendimento. Para cada ator social pesquisado foi atribuída uma nota individual, dentro de cada uma das seis dimensões da sustentabilidade (Econômica, Social, Ambiental, Cultural, Política, Ética). Também foi calculada a nota média para cada dimensão, ficando a média geral em 2,52 pontos. Justifica-se que os atores sociais Educação e Extensão Rural foram os melhores avaliados por conhecerem bem e estarem mais envolvidos com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de apoio à agricultura familiar e orgânica. A avaliação está sistematizada no **Quadro 15** e nos Gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Quadro 15 - Nível de entendimento de cada ator social pesquisado em escala de zero a três.

Área de conhecimento	Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Ambiental	Dimensão Cultural	Dimensão Política	Dimensão Ética
Poder Público L.	2	1	1	1	2	1
Nutrição	2	3	2	3	2	2
Educação	3	3	3	3	3	3
Saúde	2	3	3	3	2	3
Extensão Rural	3	3	3	3	3	3
Agricultura	3	3	3	3	2	3
Média	2,5	2,66	2,5	2,66	2,33	2,5

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 1** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Econômica, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

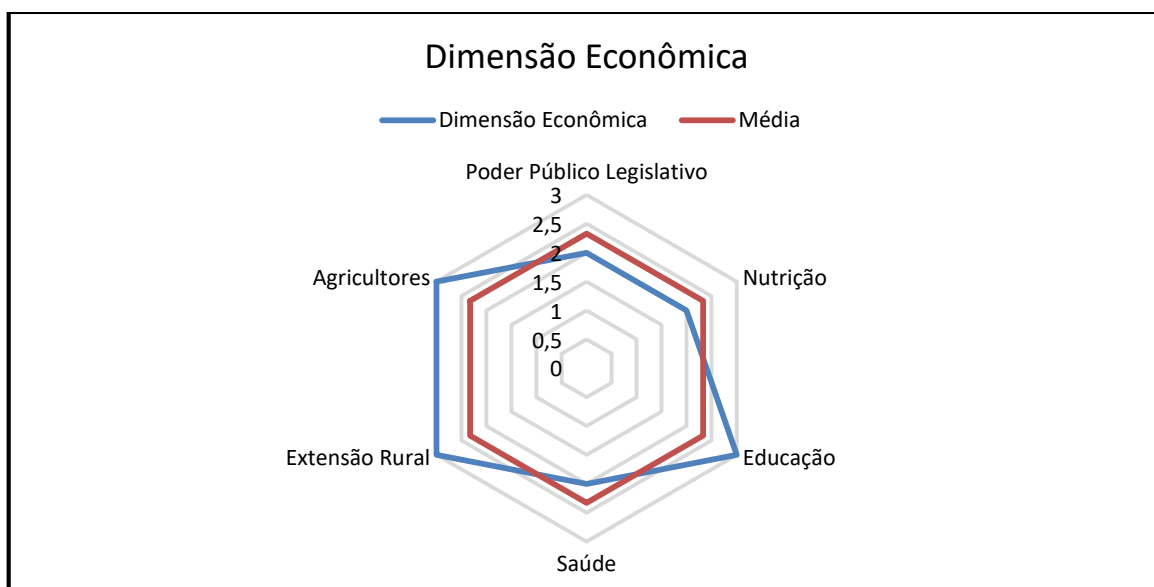


Gráfico 1 - Nível de entendimento de cada ator social na escala de zero a três na Dimensão Econômica.

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 2** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Social, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

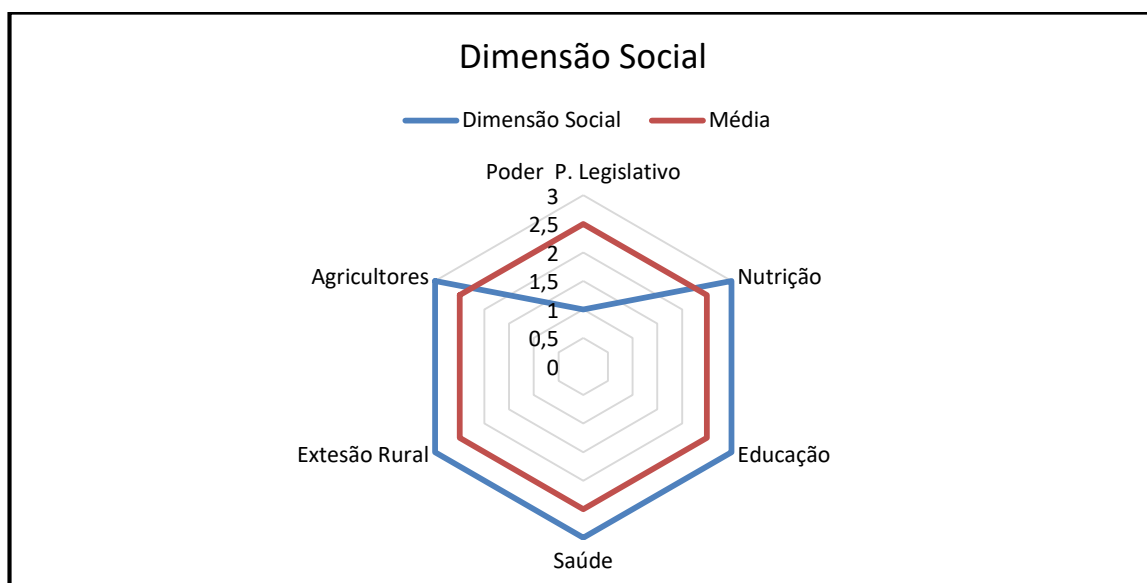


Gráfico 2 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Social.

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 3** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Ambiental, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

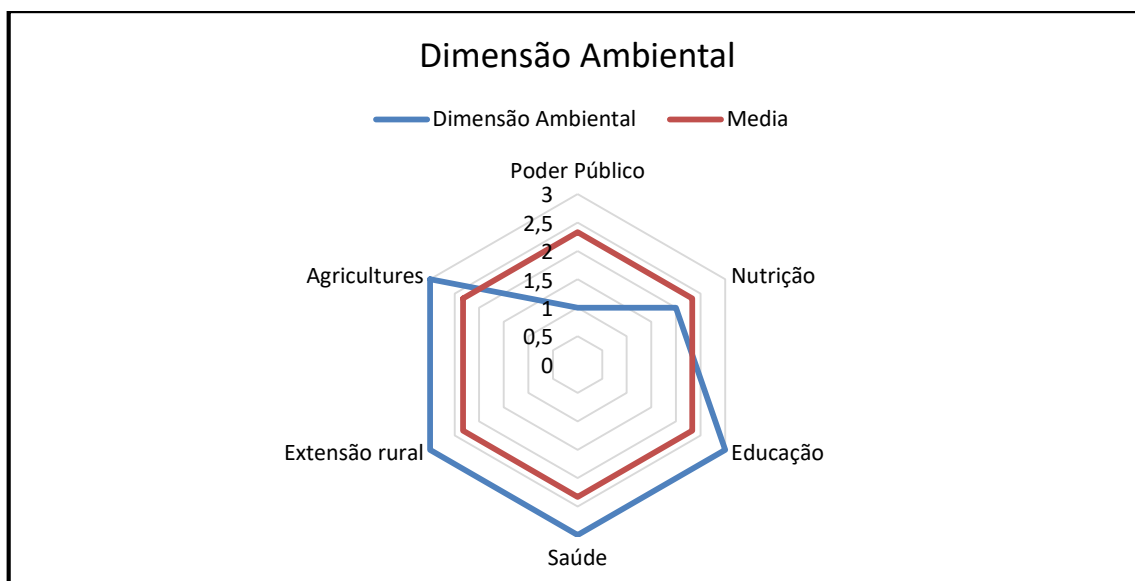


Gráfico 3 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Ambiental.

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 4** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Cultural, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

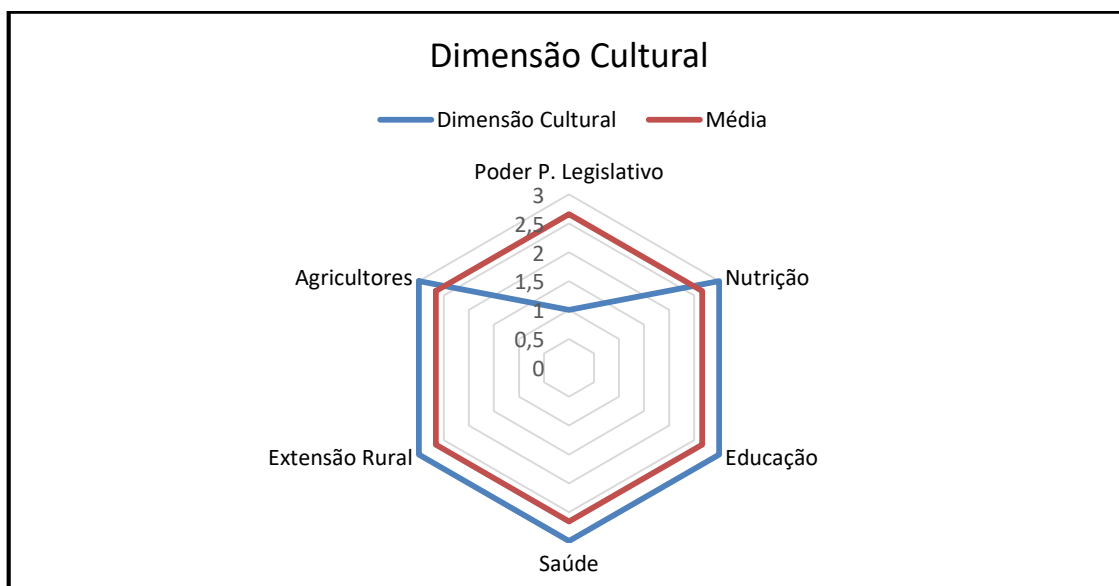


Gráfico 4 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Cultural.

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 5** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Política, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

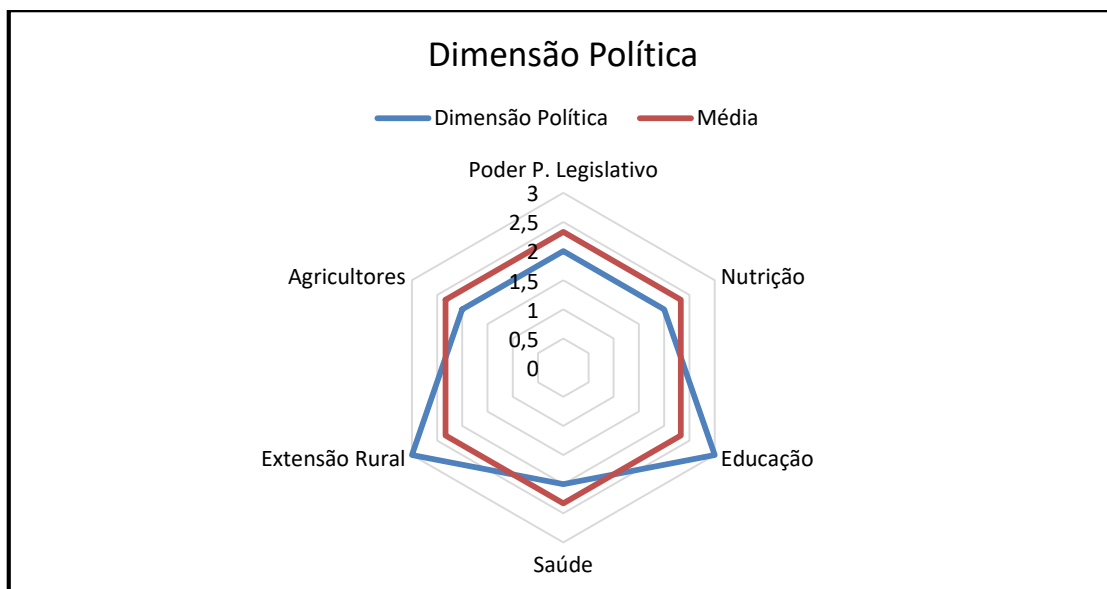


Gráfico 5 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Política.

Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 6** expõe a avaliação do nível de conhecimento dos atores sociais pesquisados em relação à Dimensão Ética, de acordo com os dados e informações do **Quadro 15**.

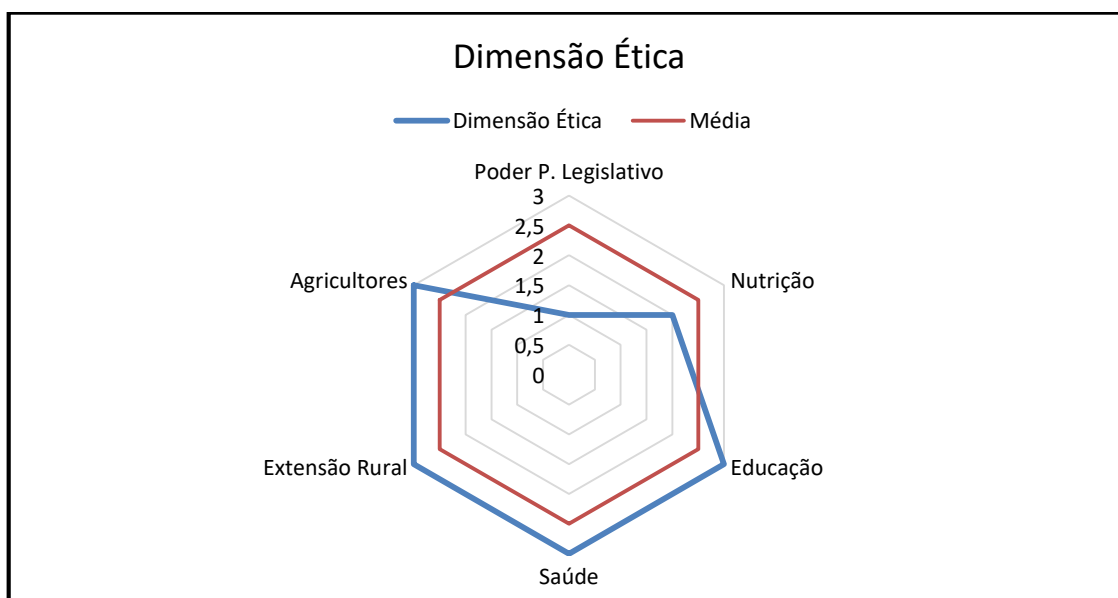


Gráfico 6 - Nível de entendimento de cada ator social em escala de zero a três na Dimensão Ética.

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Interpretação dos Dados

Para a interpretação dos dados usou-se por roteiro o questionário para levantamento de informações junto aos atores sociais (ANEXO 3) e que, de acordo com as respostas e considerações obtidas e com base nas multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia (REINIGER, WIZNIEWSKY E KAUFMANN, 2017), produziu-se as considerações descritas a seguir.

O primeiro questionamento aos pesquisados foi sobre existir ou não diferença entre um alimento produzido em sistemas de produção da agricultura convencional e sistemas de produção da agricultura orgânica, todos responderam saber tal diferença. Também, todos afirmaram serem os alimentos orgânicos de melhor qualidade por terem menos resíduos contaminantes e, em alguns casos, melhor qualidade nutricional.

Na sequência, abordou-se aspectos e os impactos positivos, negativos ou nenhum, dentro de cada dimensão.

4.2.1. Dimensão Econômica

A Dimensão Econômica é a dimensão que diz respeito ao balanço entre ganhos e perdas econômicas no processo produtivo, bem como as estratégias que os agricultores encontram de inserção no mercado (local, regional, global), podendo ser importantes às cooperativas que surgem como reação de organização dos agricultores familiares para melhorar este processo de comercialização. Neste sentido, os resultados econômicos positivos são decisivos para o desenvolvimento rural sustentável, mas não devem estar somente pautado no aumento de produtividade de alimentos sem que esteja comprometido com o cuidado aos recursos naturais e à equidade social (REINIGER, WIZNIEWSKY E KAUFMANN, 2017).

Com base na metodologia deste estudo foram avaliados os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e alimentos convencionais dentro de aspectos considerados relevantes ao tema de estudo.

4.2.1.1. Geração de emprego e renda

A ocupação da mão-de-obra das famílias produtoras de alimentos em suas atividades agrícolas é de fundamental importância para gerar emprego e renda. Porém, a renda gerada deve ter resultados benéficos e satisfatórios. Na avaliação de todos os atores sociais pesquisados, a Agricultura Orgânica tem um impacto positivo quanto a esta questão, pois gera mais empregos do que a Agricultura Convencional, justamente por demandar mais mão-de-obra. Também, o grande aporte de tecnologia pela Agricultura Convencional diminui mão-de-obra e consequentemente o emprego. Pode ter renda, sim, mas de forma concentrada em poucas pessoas. Dentre todas, algumas das considerações dos atores sociais:

“Eu acho que as duas geram emprego e renda, tanto a convencional quanto a orgânica! Mas o orgânico acaba gerando mais emprego porque ele precisa de um cuidado maior, ele não tem como ter um agrotóxico, tu precisa de um cuidado maior para poder selecionar, pra cultivar. Tu tens que fazer praticamente manual. É uma interação maior. Por isso que eu disse: tanto um quanto o outro, eles geram emprego,

mas o orgânico tem um gasto de tempo maior por causa de todo trabalho manual” (Ator Social: NUTRIÇÃO).

“Ambas são importantes geradores, mas como a Agricultura Orgânica demanda mais mão-de-obra, ela necessariamente vai gerar mais emprego e renda. Hoje, no Brasil, são 14 milhões de desempregados e, a maioria, na área urbana. Então, basicamente, uma das possibilidades (eu trabalho muito em possibilidades) é uma reforma agrária com produção orgânica, que vai gerar trabalho e envolvimento. Na visão minha, vai gerar emprego e renda” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“Quanto a emprego, a agricultura orgânica ocupa mais mão-de-obra, e tem potencial de geração de renda. O mercado está aberto para a produção orgânica, é favorável, tem demanda. Só que necessita de organização, tem grande potencial de emprego no meio rural” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

Para Caporal (2015), destacados estudiosos da questão agrária brasileira, por não verem alternativas ao desenvolvimento rural, tendem a fixar-se no modelo convencional de base técnica em máquinas e químicos, mesmo que este padrão convencional esteja em fase de esgotamento. Apontam, sim, para “nova base técnica” com elementos como a eletrônica, biotecnologia, informática e telecomunicações que manteriam uma modernização conservadora. Com isso, a realização de resultados econômicos pela agricultura fica determinado pela relação de preços pagos e recebidos pelos produtores e estabelecida pelos interesses dos oligopólios que dominam o setor.

Como alternativa à modernização tradicional e de tecnologias capital-intensivo, algumas sugestões vão no sentido de que as opções tecnológicas devem ser sempre feitas levando em conta a possibilidade dos meios de produção serem potencialmente favoráveis à realização das pessoas (sob o ponto de vista social). Este modelo deve ser construído valorizando práticas agroecológicas e com base na auto-sustentabilidade das atividades sistematicamente integradas. Isso quer dizer que a produção deveria se viabilizar economicamente a partir do equilíbrio e produtividade natural do solos, das sementes e mudas, do manejo e controle biológico, dos insumos orgânicos, do uso intensivo de mão-de-obra (CAPORAL, 2015).

4.2.1.2. Custos de produção

Em relação a custos de produção, segue as principais considerações do público pesquisado, salientando que não se trata somente de buscar aumentos de produção e produtividade de cultivos e criações, pois, se aumentar custos sem racionalidade, podem ocasionar reduções de renda e não ser compensatório.

“Hoje, o que eu vejo na questão convencional: o convencional está trabalhando para diminuir a geração do emprego! A agricultura convencional está trabalhando com a mecanização, com a automação, está tentando diminuir cada vez mais porque encara como custo. E eu acredito que dentro do que tu vai pensar uma agricultura orgânica, próximo da questão agroecológica, tu olha a questão de emprego enquanto trabalho, enquanto você dá oportunidade para as pessoas, eu vejo essa diferença”! (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“Por gerar menor custo de produção, automaticamente a Agricultura Orgânica pode aumentar a renda. Outra que o mercado se dispõe pagar um “plus” para o produto orgânico. Não acredito que seja 30%, mas uns 20% pode chegar, ou 10% ou até

mesmo igualar, mas pela diferença de custo ser potencialmente menor, já agregaria mais renda que a agricultura convencional” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

Conforme Sousa e Rezende (2014), a dependência de insumos externos da agricultura convencional gera crescentes custos de produção e, neste contexto, somente sobrevivem os estabelecimentos agrícolas mais capitalizados. Isso leva à exclusão da maioria dos produtores. Para Caporal (2015), a agricultura de base ecológica prevê em sua matriz produtiva a integração/sucessão das plantações entre si e delas com as criações, gerando complementariedade entre atividades e baixando custos de produção. Ao final, esse conjunto de atividades, também garante maior agregação de valor aos produtos comercializados.

4.2.1.3. Gastos com saúde pública

De acordo com Sousa e Rezende (2014), os riscos, as contaminações e a ação nociva dos agroquímicos para o meio ambiente e a saúde humana são expressivos. A contaminação de solo e mananciais de água são um exemplo claro disso, além da carga expressiva de resíduos tóxicos que fica nos alimentos prontos para o consumo. Estimativas de impactos sociais, ambientais e de saúde pública são visíveis em vários locais do mundo. Uma avaliação dos impactos econômicos e ambientais decorrente do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos, em 1993, dá conta de que os custos ficaram na ordem de 8 bilhões de dólares anuais, sendo 787 milhões, diretamente na saúde pública.

A seguir as percepções dos atores sociais pesquisados e seus questionamentos, suas ponderações e suas sugestões na busca de soluções, apontando a produção e o consumo de alimentos orgânicos com fundamental nesse processo.

“Gastos em saúde pública? O orgânico, vai reduzir um monte! Hoje, a maioria dos alimentos é toda com agrotóxicos! A maioria das pessoas tem inclusive resíduos de defensivos agrícolas e isso é muito preocupante. Não é tomar remédios quando aparece a dor, é prevenir para mim não ter a dor! Mas prevenir como? Com alimento saudável e com a busca do conhecimento”! (Ator Social: SAÚDE).

“Gastos com saúde pública? Na Agricultura Convencional, com certeza, muito mais gasto do que na Agricultura Orgânica! Orgânico é muito positivo”! (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“Gastos, em termos de saúde pública, aqui é uma grande contradição porque o pessoal acha que não tem como incentivar uma produção de orgânicos, mas quanto nós gastamos hoje só com a questão do câncer em termos de região? Na última consulta popular aqui, o pessoal destinou todo o recurso (em torno de 8 milhões de reais) para aparelhos para oncologia (tratamento de câncer). Então, quero dizer que se nós fôssemos investir na produção orgânica, na redução dos agrotóxicos, talvez daqui 10 ou 20 anos nós precisaríamos dessa ou de tanta estrutura de combate ao câncer”? (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“Se investir mais em agricultura orgânica, possivelmente, gastos em saúde baixam. Primeiro, porque são alimentos que não têm muito veneno, não são bonitos, mas são, do ponto de vista do valor biológico, muito melhores. Se as prefeituras gastassem mais em saúde preventiva, através da agricultura orgânica, não precisariam gastar tanto tentando curar. Hoje, em torno de 70% das doenças, que afeta a comunidade, é recorrente da alimentação. Então, uma grande possibilidade da agricultura

orgânica contribuir com saúde pública é a partir do aumento desse consumo” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

É importante frisar que o aumento de gastos e de casos decorrentes de contaminações por agrotóxicos podem estar afetando a saúde pública na região do município de estudo. Em 2016, em nível de Rio Grande do Sul, um estudo levantou os resultados das análises laboratoriais dos parâmetros de agrotóxicos em sistemas de abastecimento de água. A partir dos laudos laboratoriais de controle e dos dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), avaliou-se se a água distribuída à população do Estado atendia os parâmetros da legislação brasileira. Ressalta-se que os resultados laboratoriais com índices abaixo do Valor Máximo Permitido (VMP) consideram a água como potável. No entanto, observou-se que apareceram municípios acima do VMP, sendo um deles o município de Frederico Westphalen que apresentou o princípio ativo Atrazina na água que abastece a cidade (RUBBO, 2016).

A contaminação de mananciais de água por agrotóxicos acontece de inúmeras formas, pois os manejos agrícolas são de acordo com cada tipo de cultivo. Com isso fica difícil evitar que seus resíduos cheguem aos rios, lagos e reservas subterrâneas. Assim, para evitar ou reduzir esse processo de contaminação, algumas ações necessárias podem ser a orientação técnica e educativa para uma agricultura de base ecológica, além de uma legislação mais rígida quanto aos limites e restrições de uso. Sem isso se pode levar à naturalização, e consequente banalização, da contaminação, como se essa grave forma de poluição fosse normal.

4.2.1.4. Formas de comercialização, comércio justo e consumo consciente

Para Darolt (2012), o avanço da Agricultura Orgânica está diretamente ligado às formas organizativas e à demanda dos consumidores. A medida que a produção e a comercialização de alimentos orgânicos foram aumentado no Brasil, desde a década de 90, os supermercados passaram a ter um papel de dominação em relação aos canais alternativos de comercialização pelo fato de que a maioria (72%) dos brasileiros compra em supermercados. Apenas 35% dos consumidores se utilizam de feiras-livres. Portanto, um dos caminhos para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica é a articulação em rede dos diferentes atores com seus produtos e serviços, sendo que para se ter comércio mais justo é a aproximação do produtor com o consumidor em circuitos mais curtos de comercialização como feiras, mercados institucionais, lojas de cooperativas, lojas virtuais, cestas, vales feiras, grupos de consumidores e outros.

Seguem algumas considerações dos atores sociais pesquisados dentro do aspecto relacionado à formas de comercialização, comércio justo e consumo consciente.

“O Orgânico é mais dinâmico pela necessidade de ter que chegar até as pessoas, então tu encontra mais formas de comercialização: é venda direta, é feira. Já o convencional, a forma de comercialização que eu vejo é em grandes supermercados. O convencional ele explora mais, até pela grande escala, eu penso. Então, o impacto positivo no comércio justo é no orgânico” (Ator Social: AGRICULTURA).

“Comércio justo beneficia tanto o agricultor quanto o consumidor e o produtor orgânico deve trabalhar nesse viés; a agricultura convencional despeja muito produto a baixo preço, porém não tem interesse que seja justo, pode ser bom para o agricultor ou ser ruim para o consumidor. Normalmente, é ruim para o agricultor, pois as empresas ganham no intervalo e o consumidor vai estar consumindo um produto, do ponto de vista nutricional, bastante baixo. Pode ser bom para o

consumidor só do ponto de vista preço. Mas, não podemos observarmos somente o que é melhor do ponto de vista monetário, tem que ser do ponto de vista da saúde e do meio ambiente, também” (Ator Social: SAÚDE).

“Na comercialização, ainda boa parte dos consumidores não olha muito pra qualidade, querem saber da quantidade e do preço. Eles não olham se é orgânico e de que modo foi produzido. Isso é negativo para a Agricultura como um todo” (Ator Social: PODER LEGISLATIVO).

Cabe salientar que no município de estudo já existe um ponto de venda da cooperativa Coopraff, conforme **Figura 5**, além de iniciativas para organização de feira ecológica e de grupo de consumidores.



Figura 5 - Ponto de venda da Cooperativa Coopraff de Frederico Westphalen/RS.

O que se avalia como fundamental deste trabalho prático é a tentativa de reconexão entre produtores e consumidores, criando consumo alimentar consciente e abrindo caminho para produção e alimentação mais saudável. Fica evidente que para avançar na produção de base ecológica é necessário organizar a demanda dos consumidores para alimentos de qualidade superior.

Para Darolt (2012), são várias as estratégias de aproximação entre produtor e consumidor, sendo algumas delas: visita dos consumidores às unidades produtoras de alimentos; integração das unidades de produção em circuitos de turismo rural; ponto de encontro de consumidores com barracas em locais de feiras; venda direta na unidade de produção.

4.2.2. Dimensão Ambiental

A Dimensão Ambiental é também conhecida como a dimensão ecológica. Está relacionada, sobretudo, com todo o processo de produção agrícola e a maneira como interagimos com a natureza. A vida no planeta está sustentada por um amplo conjunto de interações dos ecossistemas. Uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis é a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo e a

manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral (REINIGER, WIZNIEWSKY E KAUFMANN, 2017).

De acordo com a metodologia, avaliou-se os impactos positivos e negativos desta dimensão em seus aspectos.

4.2.2.1. Produção diversificada

A agricultura convencional vem se reproduzindo com seus problemas e impactos negativos, sendo um deles a desertificação com práticas de monoculturas (DAL SOGLIO e KUBO, 2009). A diversificação da produção é fundamental para manter equilibrado os sistemas agrícolas, de acordo com as opiniões dos atores sociais pesquisados.

“A questão ambiental é o grande debate na sociedade. Se o orgânico agride menos o meio ambiente, então ele tem por si só uma dimensão ambiental ampla, mas eu vejo que nós podemos avançar muito mais nisso. A Agricultura Convencional é monocultivo, escala de produção, aumento da produção, produtividade; o orgânico pra você consolidar, você tem que trabalhar dentro de um sistema integrado, a unidade de produção de um forma diversificada, especialmente para conseguir ter essas interações. Vai trabalhar a unidade de produção como um todo, então você tem que diversificar” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“A produção orgânica leva em consideração os recursos naturais e os utiliza de forma consciente, usando as características ecológicas para a produção, diversificando. Então, respeita muito mais a questão ambiental, com uma diferenciação muito grande em relação à agricultura convencional” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

Neste sentido, Sousa e Rezende (2014), afirma a importância da diversificação da produção de alimentos com base em princípios, técnicas e métodos naturais, ou seja, cultivos em ambientes diversificados em fauna e flora para se obter o equilíbrio ecológico da unidade de produção, além de conferir riqueza bioquímica e elevada qualidade aos alimentos produzidos.

4.2.2.2. Recursos naturais e a contaminação com resíduos químicos

Para Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017) a produção agrícola é um sistema complexo e que vai além dos limites da unidade de produção individual. Exemplos disso são a água, o solo e o ar, fundamentais em um sistema de produção e que sua qualidade influencia diretamente a dinâmica do agroecossistema, caso esteja preservado ou contaminado. Sendo assim, a Agroecologia se oferece como um novo jeito do ser humano se relacionar com a natureza, numa perspectiva de equilíbrio socioambiental e de longa duração. No entanto, em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, posição que mantém até hoje. Em média, cada brasileiro consome 5,2 litros de agrotóxico por ano. As percepções dos atores sociais pesquisados, confirmam a abordagem teórica em relação ao assunto:

“A Agricultura Convencional utiliza agrotóxicos, adubos solúveis, em quantidades, em muitos casos, acima do que deveria, com potencial poluidor para o meio ambiente,

contaminador dos agricultores e, também, dos consumidores. O sistema convencional é totalmente negativo neste sentido” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“A preservação dos recursos naturais é o que vai nos dar base para conseguir ter uma produção de alimentos orgânicos e a consciência do produtor tem que passar por isso. E tem que ter apoio pra quem tá preservando o ambiente, a água, recursos naturais, a biodiversidade, a questão das sementes” (Ator Social: AGRICULTURA).

“Se você não contaminar a água, não contaminar o ar, não contaminar o alimento, olha bem a caminhada que precisa fazer. Não é muito fácil de produzir orgânico porque nós criamos uma cultura que se usa muitos produtos nocivos aos recursos naturais. Então, se não tiver áreas isoladas disso, fica difícil produzir. Também, precisa um bom conhecimento para produzir orgânico de qualidade” (Ator Social: AGRICULTURA).

Para Rubbo (2016), a evolução da indústria de agrotóxicos no nosso país aconteceu em função das políticas agrícolas e industriais que estimulam o consumo desses insumos. O consumo brasileiro destes pesticidas fica em torno de 20% de todo o volume produzido no mundo. No Brasil, cerca de 430 ingredientes ativos, 750 produtos técnicos e 1.400 formulações de agrotóxicos estão autorizados pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Estes produtos têm permissão para uso de acordo com os critérios e indicações estabelecidos em suas monografias. Porém, dos 50 agrotóxicos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 têm uso proibido na União Europeia.

Os agrotóxicos sofrem processos naturais de degradação e, dependendo de suas propriedades físico-químicas, características do solo, manejo de aplicação e condições ambientais podem lixiviar, escoar na superfície do solo, degradar química e biologicamente, volatilizar. A lixiviação pode levar à contaminação do lençol freático, enquanto o escoamento superficial, provocado pelas chuvas, pode contaminar as águas superficiais quando da existência de agrotóxicos no solo (RUBBO, 2016).

Sendo assim, nos últimos anos, vários estudos têm documentado a contaminação de mananciais hídricos por vários tipos de agrotóxicos no Brasil, inclusive no município de Frederico Westphalen, em análises laboratoriais, no ano 2016. Resíduos de vários agrotóxicos são encontrados não apenas nos corpos hídricos, como também em alimentos e na água disponível ao consumo humano. A preocupação maior está na ingestão contínua de água contaminada com concentrações baixas e que geralmente não mostram riscos visíveis no curto prazo. (RUBBO, 2016).

Nos últimos meses do ano de 2018 e previsão para 2019, o Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas está concedendo registro a vários novos rótulos de agrotóxicos, passando a ter licença para comercialização em todo território brasileiro. Dentre eles, produtos com a classificação toxicológica chamada classe I, ou seja, produtos considerados extremamente tóxicos à saúde humana (BRASIL, 2019).

Diante disso e com base em Sousa e Rezende (2014), tanto para o Brasil como para o município de estudo, os inúmeros problemas do modelo agroquímico de produção agrícola atual, aliados às muitas vantagens (elevado valor biológico e sem contaminantes químicos) do consumo de alimentos orgânicos, podem trazer (e devem) uma rápida mudança na visão dos consumidores.

4.2.2.3. Dependência tecnológica e de importação

A dependência dos sistemas agrícolas convencionais é crescente em relação a fatores externos, mas, construir tecnologias para a produção orgânica, nos mesmos moldes da agricultura convencional poderia nos levar à mesma dependência tecnológica (Caporal e Costabeber, 2004). Assim afirmam os atores sociais pesquisados.

“Mudanças vão fazer com que também haja dependência tecnológica pelos agricultores no orgânico, apesar de existir tecnologias e que a própria Agroecologia prega da independência do agricultor diante de insumos. Mas, o que se aponta é que vamos ter também dependência tecnológica na Agricultura Orgânica, devido ao lançamento de produtos e insumos pela indústria que hoje trabalha somente com produtos agroquímicos” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“Quanto à questão tecnológica, no orgânico, eu vejo que essa é a dificuldade que os agricultores reclamam. Ainda falta massificar essas condições de uma tecnologia que facilite a mão de obra, os tratos culturais, o manejo, sem interferir na perda de qualidade do alimento. Pode até ter, mas nós não estamos tendo acesso. Porque a própria Emater poderia trabalhar mais isso! Qual o nível de conhecimento dos nossos colegas? Por que isso não massificou?” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

Para Altieri (2002), o modelo de agricultura convencional é composta de um pacote tecnológico muito dependente de insumos industrializados e que, ao serem utilizados, demandam alto consumo energético, gerando impactos negativos no ambiente e no ser humano. Esse modelo de importação intensiva de insumos à unidade de produção gera a perda de autonomia do agricultor e torna-o dependente da indústria, além da diminuição da renda ao longo dos anos. A agricultura de base ecológica se oferece como modelo alternativo a esses padrões tecnológicos, onde: a comida é mais gostosa, as substâncias químicas sintéticas ficam fora de seu prato, você reduz o aquecimento global e economiza energia, você paga o verdadeiro custo da comida, você ajuda o pequeno agricultor, você protege as futuras gerações (SOUZA e RESENDE, 2014).

4.2.2.4. Produtividade

Muitas vezes, buscar aumento de produção e produtividade nos sistemas de produção agrícolas não significa maior renda ao produtor, pois existem muitas variáveis que interferem nisso. Outra coisa é o potencial produtivo dos sistemas que tanto convencional como orgânico podem trazer resultados satisfatórios e bem semelhantes quando o assunto é produtividade, conforme as percepções dos atores sociais pesquisados.

“Produtividade? Isso é interessante e relativo porque, muitas vezes, o agricultor convencional vai e compra um saquinho de milho e paga mil e duzentos reais. Ele bota dez sacos de adubo, mais dez de ureia, mais veneno, mais um tratamento de semente e colhe 150 sacos em um hectare. Na minha situação, se for plantar orgânico, você vai colher menos que isso. Mas, ele planta tudo isso e sobre 20 sacas. Você plantou orgânico e sobrou 50 sacas porque colocou menos insumos e barateou o custo” (Ator Social: AGRICULTURA).

“O potencial produtivo médio da produção orgânica e convencional, bem manejado no sistema orgânico, a produção pode ser muito semelhante” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“No senso comum coloca-se que os sistemas convencionais têm maior produtividade que o orgânico, mas eu posso até contestar isso por algumas visões que a gente tem de algumas propriedades que tem um sistema orgânico bem montado e que consegue ter boas produtividades” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

Mesmo que acompanhada de produtividade física, a utilização de adubos nitrogenados, agrotóxicos e maquinário, leva à queda da eficiência energética do processo produtivo. Visando apenas o lucro, a agricultura convencional proporcionou aumentos significativos de produtividade, mas sempre ignorou a dinâmica ecológica dos agroecossistemas, levando à uma situação de insustentabilidade com impactos negativos, tanto sociais como ambientais e econômicos, pois é concentradora de renda (SOUZA e RESENDE, 2014).

4.2.3. Dimensão Social

A Dimensão Social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, pois as práticas agrícolas sustentáveis devem estar vinculadas com o bem-estar das comunidades agrícolas e urbanas. Além disso, esta dimensão está relacionada com a busca contínua por melhores condições de qualidade de vida, mediante a produção e consumo de alimentos ecológicos. A seguir estão as considerações dos atores sociais pesquisados em cada aspecto abordado.

4.2.3.1. Segurança e soberania alimentar

Para Caporal (2015), o modelo agrícola convencional, centrado no uso abusivo de recursos naturais e de agroquímicos de síntese, mesmo que com o aumento de produção e produtividade de alguns cultivos, é insustentável ao longo do tempo. Além disso, esse modelo agrícola brasileiro prioriza mais as *commodities* para exportação do que as reais necessidades de alimentação da população brasileira. Para reverter esta situação é necessário um projeto de desenvolvimento onde a principal meta agropecuária seja a de atender os requerimentos alimentares qualitativos. Dentro deste aspecto as considerações dos atores sociais pesquisados foram:

“Tem três definições que são: o acesso, a qualidade e a quantidade. A Segurança alimentar no sistema convencional pode te garantir o acesso, frequência, mas não a qualidade. Só que o convencional, no momento, disponibiliza mais alimento no quesito “acesso”. É discussão mundial esse tema. Mas, o que tem em nível de Brasil, de estado, de município? Esse assunto ainda não é relevante nas discussões dos municípios e das entidades. A Igreja pode fazer algo por isso, as entidades civis, o poder público, os conselhos municipais, é dessa forma nós teríamos que olhar” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“O convencional não trabalha mais com estoques. Se der um probleminha na produção, o preço vai lá em cima, porque ninguém tem estoque, ninguém paga esse preço de segurar estoque. Então, na verdade, o convencional, em termos de

segurança, de quantidade de produto, praticamente nós não temos nada e em termos de segurança alimentar, de qualidade do produto menos ainda. Eu vejo que aqui na nossa região o orgânico está mais dentro das pequenas estruturas e unidades de produção. Isso dá uma segurança alimentar do produtor e daquele local. E, quanto à questão da soberania alimentar, hoje, o Estado Brasileiro saiu desse debate do que vai ser produzido e onde vai ser produzido. Isso não é mais pauta para o Estado” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

Pode-se ver nas afirmações dos atores sociais pesquisados que os alimentos produzidos em sistemas de produção convencional não garantem às expectativas do consumidor em relação à qualidade, o alimento é apenas ofertado no mercado como um produto comercial qualquer e com grandes chances de conter resíduos tóxicos e baixa qualidade nutricional. Mesmo sobre a questão da quantidade e acesso de alimentos, o padrão agrícola dominante no Brasil tem deixado a desejar quando o assunto é a produção de alimentos básicos e diversificados.

Para Caporal (2015), o Brasil para alcançar o objetivo de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para toda a população brasileira é necessário políticas públicas que destinem recursos para implementação de um amplo processo de reconversão da agricultura agroquímica para uma agricultura baseada nos princípios da Agroecologia, sem esquecer o segmento familiar rural. É a agricultura familiar que tem características de maior ocupação da mão-de-obra e de diversificação de culturas, além de maior capacidade para a construção de estilos de agricultura sustentável e produtora de alimentos saudáveis e de forma permanente e duradoura.

4.2.3.2. Saúde ao produtor e ao consumidor

O modelo convencional de cultivo agrícola, devido ao uso de agroquímicos sintéticos na produção, gera grandes malefícios, como poluição ambiental e intoxicação de agricultores e consumidores de alimentos em geral. Os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, do ponto de vista toxicológico, são classificados em agudos (decorrentes de exposição pontual a uma dose alta de agrotóxico) e crônicos (decorrentes do consumo diário em doses pequenas e cumulativas ao longo da vida). Desta forma, agricultores e consumidores estão expostos a esses dois tipos de intoxicação, seja por contato direto ou, então, pela água, ar e alimentos com resíduos (BRASIL, 2015b).

As intoxicações agudas apresentam características como, por exemplo, irritação da pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, convulsões e morte. As intoxicações crônicas podem ocasionar infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer. No entanto, os efeitos adversos decorrentes da exposição crônica aos agrotóxicos podem aparecer muito tempo após a exposição, dificultando a correlação com o agente causador do problema. As intoxicações crônicas podem afetar toda a população, devido à presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas (BRASIL, 2015b).

“No caso dos herbicidas eles vão prejudicar os micro-organismos do solo, contaminar a água, tem potencial grande de contaminação do lençol freático que depois vai acabar sendo diluído na água e acaba sendo captado pelos poços artesianos ou nas nascentes, como já foi comprovado por análise no ano de 2018, aqui em Frederico Westphalen, onde foi encontrado o princípio ativo atrazina (herbicida pré-emergente utilizado no cultivo do milho) na água tratada pela estação de tratamento da CORSAN” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“A saúde é o principal fator da mudança. E o orgânico vai se sobrepor ao convencional, muito mais com relação à saúde do produtor e do consumidor do que propriamente pela questão ambiental. Isso pra mim é o ponto central de consciência que vai fazer a mudança estrutural para a produção orgânica em função da saúde da população. Ela vai demandar alimentos mais saudáveis e com menos resíduos” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

Dados levantado pela Emater/RS-Ascar - Escritório Regional Frederico Westphalen, nos anos de 2015 e 2016, em seus 42 municípios de abrangência, relacionado à doenças da população, apontam a hipertensão, a depressão e o câncer como as três doenças que mais se manifestaram nos últimos cinco anos, sendo todas de cunho degenerativo (EMATER/RS-ASCAR, 2016).

É importante ressaltar que muitos produtos alimentícios processados como biscoitos, salgadinhos, pães, pizzas e outros que têm como ingredientes o trigo, o milho e a soja, por exemplo, podem ter a presença de resíduos de agrotóxicos, pois a contaminação não ocorre apenas em alimentos *in natura*. Podem, também, estar presentes nas carnes e leites de animais que se alimentam de ração com traços de agrotóxicos, devido ao processo de bioacumulação (BRASIL, 2015b). Diante disso, pode-se afirmar que é nos modos de cultivo de alimentos livres do uso de agrotóxicos que está o maior potencial anticancerígeno e de qualidade superior.

4.2.3.3. “Penosidade” do trabalho

O aspecto da “penosidade” do trabalho agrícola é muito comentado entre agricultores, profissionais das ciências agrárias e do desenvolvimento rural e até leigos no assunto. Ainda mais, quando o sistema de produção agrícola está voltado para a produção orgânica. Este trabalho considerado penoso na visão desses atores é aquele exercido com um alto grau de sacrifício. Esta visão está alicerçada nos moldes de trabalho da agricultura, principalmente dos anos 70 e 80, onde o uso de ferramentas de preparo de solo e manejo de culturas e criações era braçal, sendo exemplo clássico disso a enxada usada para capina. Com a chegada dos herbicidas, a enxada foi considerada ultrapassada e simbolicamente passou a representar tal “penosidade” ao agricultor. Esta concepção ainda precisa ser desconstruída, pois os sistemas de produção de hoje oferecem outras alternativas de preparo e manejo que não mais estes de outrora, como pode-se ver nas declarações a seguir:

“Temos o mito da enxada no sistema orgânico! Dizem que temos que voltar pra enxada! Já carpi muito na minha vida em outros tempos! Mas essa ideia da carpir hoje em dia não é mais assim. Hoje, no orgânico, o agricultor carpe menos que quando nós plantávamos no convencional. Porque é tudo com cobertura de solo. A gente faz o plantio direto e não mexe, o máximo que a gente faz é roçar. Então, essa ideia de enxada é uma questão que alguém “bota” na cabeça pra você ficar com medo de ser um produtor orgânico. A gente tem enxada e usa, mas muito pouco, não é aquela coisa exaustiva. Nada disso, tudo normal” (Ator Social: AGRICULTURA).

“Se tu trabalhar com a questão envolvendo a família, o trabalho pode ser uma questão prazerosa, desde que tu organize o teu tempo, da forma que tu vai fazer. Depende como você olha a questão do trabalho e da tua autonomia pelo trabalho. De repente, o cara acha melhor ir trabalhar num trator cabinado, com ar-condicionado, mas sendo empregado, e não ter nenhum domínio do seu trabalho e cumprir horário; de repente, trabalhar algumas horas no sol quente é um pouco mais penoso no momento,

mas você organizou o teu trabalho. Acho que tem muito que avaliar esses conceitos aí” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

4.2.3.4. Qualidade dos alimentos

Para Souza e Resende (2014), a qualidade do alimento está na sua composição (proteínas, carboidratos, fibras, minerais) e que, para isso, é fundamental a produção de plantas saudáveis, com ausência de agentes químicos sintéticos, principalmente a parte consumida pelos humanos. Os alimentos orgânicos, para além da ausência de agrotóxicos, devem estar livres de fertilizantes sintéticos e de outros resíduos nocivos à saúde humana e dos animais. Um exemplo de contaminação por nitrato e nitrito com a elevação do teor nas plantas devido a oferta excessiva de adubos nitrogenados, especialmente em hortaliças folhosas como, por exemplo, alface, couve e agrião.

Alguns estudos mostram a superioridade dos alimentos orgânicos aos convencionais em termos de composição química como, por exemplo, a análise média de teor de minerais em cereais (trigo e milho) e frutas (maçã e pera). Neste caso, diversos minerais como Boro, Cálcio, Potássio, Magnésio, além de outros, se mostraram muito superiores, enquanto tiveram menos metais pesados como o Chumbo, Alumínio e Mercúrio (SOUZA e RESENDE, 2014). De acordo com este autor, fica evidente que existem diferenças significativas quando comparada a composição dos alimentos orgânicos e convencionais em relação a nutrientes e contaminantes, mesmo que as evidências sugerem mais estudos para tornar essas afirmações definitivas.

A seguir estão as considerações dos atores sociais pesquisados que reforçam o assunto abordado.

“O convencional também tem os nutrientes, só que a quantidade desses nutrientes nos orgânicos são maiores. O produto geralmente é mais caro, mas tu pega uma quantidade menor pra atingir aquilo que tu precisas, nutricionalmente falando” (Ator Social: NUTRIÇÃO).

“Você é aquilo que você come! Como geneticista, posso afirmar que é necessário obedecer o ciclo natural das plantas para se ter mais concentração de nutrientes e, neste caso, o alimento orgânico é fantástico. Na Agricultura Convencional, com a alta concentração de fertilizantes, a planta se acelera e demora muito pouco tempo no processo de produção de frutos e sementes. Um exemplo é o Malato de Magnésio (muito importante para a saúde dos humanos), aquilo que a planta absorve ela gasta para fazer a fotossíntese e não sobra nada para nós. No alimento orgânico, que geralmente é mais lenta a produção, você mantém muito mais a mitose⁴, sendo que isso favorece para a planta absorver pra ela e ainda sobrar pra nós” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

Outra escrita que corrobora com as percepções dos atores sociais neste aspecto da qualidade dos alimentos, de acordo com Azevedo (2003), é que, para determinar o valor nutricional dos alimentos, deve-se levar em conta o enfoque sistêmico para, justamente, ampliar a visão analítica. Isso quer dizer que outras substâncias (fitoquímicos, antibióticos e

⁴ Mitose: estudado na biologia, é um processo importante no crescimento dos organismos multicelulares e nos processos de regeneração dos tecidos do corpo, pois ocorrem nas células somáticas. Este processo é onde ocorre a divisão celular, de forma contínua, onde uma célula dá origem a duas outras células. A mitose acontece na maioria das células de nosso corpo. A partir de uma célula inicial, formam-se duas células idênticas e com o mesmo número de cromossomos (MAGALHÃES, 2018).

micronutrientes) devem ser consideradas. O enfoque sistêmico, também, procura avaliar a qualidade biológica do alimento frente aos efeitos produzidos sobre a saúde do organismo humano como, por exemplo, a fecundidade, a resistência às doenças, o rejuvenescimento, a longevidade e outros.

4.2.4. Dimensão Cultural

A cultura pode ser considerada como algo intrínseco ao ser humano. Sendo assim, não existe ser humano sem cultura, tendo todas elas o mesmo valor. Neste sentido, dentro da perspectiva da Agroecologia, deve-se levar em conta o respeito para com as culturas locais. Os saberes e conhecimentos das populações rurais precisam ser compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). A seguir a avaliação dos atores sociais pesquisados em relação à aspectos considerados relevantes para esta dimensão.

4.2.4.1. Produção como um modo de vida

Pelo fato de a agricultura familiar associar família, produção e trabalho (WANDERLEY, 1996), mas que esteja também atenta às demandas sociais por saúde, sustentabilidade, diversidade e equidade (NIEDERLE e WESZ JUNIOR, 2018), torna-se ela de características particulares, não levando em consideração somente o aspecto econômico mas, também, o aspecto social. Sendo assim, pode-se afirmar que o conjunto de interações para a produção de alimentos deste público pode ser entendido como um modo de vida. Neste sentido, agricultura familiar e Agroecologia podem ser vistas como temas em comum. Em relação a este assunto, as percepções dos atores sociais pesquisados estão descritas.

“Eu vejo a questão do orgânico muito ligada a questão do camponês, hoje mais conhecido como agricultor familiar, salvo as diferenças históricas, aí você tem o modo de vida. Então, aqui tu tens um ponto que precisa ser melhor trabalhado no conjunto da sociedade, ou seja, potencializar os conceitos e entendimentos do que é ser camponês, do cuidado com o que você faz, do amor com o que você faz e que você vai se alimentar daquele mesmo produto que você entrega para o outra pessoa” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

“Eu vejo que a produção convencional não é um modo de vida propriamente, está focada na busca do lucro. A orgânica feita pela agricultura familiar, além de lucro, obviamente, também busca saúde, tanto para pessoa como para o meio ambiente” (Ator Social: EDUCAÇÃO).

Em relação ao processo de produção agrícola familiar ser considerado um modo de vida, para Caporal (2015), a agricultura, antes de ser uma atividade econômica, é também uma atividade cultural. Além de processos naturais, a agricultura assume um sentido sociocultural, pois faz parte da construção humana. Neste sentido, a Agroecologia leva em consideração o conhecimento histórico de determinados arranjos ou sistemas de produção para compreender as estratégias de sustentabilidade de diferentes povos e civilizações. Por isso que temas de

estudo voltados a sistemas agrários, comunidades camponesas e desenvolvimento rural são considerados relevantes no contexto da Agroecologia.

4.2.4.2. Identificação com o alimento

De acordo com Borguini e Silva Torres (2006), para os consumidores objeto de seus estudos que abordam o consumo de alimentos orgânicos, o alimento orgânico significava um meio de prevenir e até mesmo de curar doenças. Desta forma, o alimento adquire valor simbólico de medicamento, por meio do qual se busca garantir a saúde. Também entra neste contexto o aroma, o sabor e as formas característicos de cada alimento e que acabam por criar a identidade do consumidor com o alimento orgânico.

“Tu sabes que é orgânico quando tu come! O gosto é diferente, a identificação pelo sabor, pela aparência, pra mim é perceptível. Tu vê que é mais gostoso do que tu comprar um desses qualquer que vem de fora e que tu não conhece quem produziu, mas que tu sabe que é dessa cultura convencional, que vai ter agrotóxicos ou algum produto para maturar melhor. Eu percebo e a maioria das pessoas percebe, quando tu começa a comparar os dois, tu começa a ver tudo isso que eu falei” (Ator Social: NUTRIÇÃO).

“O agricultor convencional não tem identificação e não reconhece o produto que produz como alimento e sim como produto a ser comercializado. Já no orgânico, sim, os produtores se identificam como produtores de alimentos, se preocupam com a sua saúde, com a saúde da família e do consumidor” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

Para reforçar as afirmações expostas, a primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos no Brasil, realizada em 2017, mostra que 64% dos consumidores interrogados afirmaram ser o alimento orgânico mais saudável e outros 15% acreditam que é mais saudável porque ouvem pela mídia tal afirmação. Questões relacionadas à saúde compõem a principal motivação para o consumo de orgânicos, seguidos de questões relacionadas à proteção ambiental e de indicações de profissionais da saúde (ORGANIS, 2017).

4.2.4.3. Relação de confiança: produtor-consumidor e o desenvolvimento local

Para Niederle e Wesz Junior (2018) os mercados alimentares são ainda desafiadores, pois abarcam um tipo de lógica cercado por valores, crenças e simbologias que não permitem reduzir o alimento a uma pura mercadoria. As relações entre produtores e consumidores vão além de uma simples transação mercantil, pois nestas interações acabam acontecendo as relações de trocas, seja de informações, conhecimentos, laços de amizades, etc. A seguir estão descritas algumas percepções dos atores sociais pesquisados.

“A relação de confiança no orgânico é maior, porque tu sabe, tu confia. Eu vou dar o exemplo dos morangos: eu sabia que eram orgânicos, mas a gente foi conhecer o lugar onde era produzido. Então cria uma relação de confiança. E, quando tem o selo te dá uma credibilidade maior ainda” (Ator Social: NUTRIÇÃO).

“Relação de confiança entre produtor e consumidor se cria quando você vê a cara de quem produz e vende pra ti. Cria laços”! (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

“Na convencional você sabe que está colocando veneno e sabendo que alguém vai comer depois. Então, o que dificulta a mais para fazer o plantio de orgânicos é o que te beneficia pela qualidade de vida pra ti, para tua família e para o teu consumidor. É uma energia que te faz ficar bem. Saber que está ajudando alguém, que tu tá proporcionando qualidade de vida para alguém, pois alimento é vida. Você cria um história com isso. No meu caso, esse trabalho já é reconhecido hoje pelos consumidores” (Ator Social: AGRICULTOR).

“O orgânico feito pelo agricultor familiar, sim, ele é totalmente voltado para a economia local. Mas, na verdade, temos dois tipos de produtores orgânicos: os familiares e os empresariais, como tem na agricultura convencional” (Ator Social: EXTENSÃO RURAL).

De acordo com as colocações dos pesquisados podemos considerar que a agricultura familiar de base ecológica pode ser protagonista neste contexto da alimentação saudável, através de canais curtos de comercialização, melhorando as relações e criando laços com os consumidores, além de fortalecer e dinamizar a economia local. É o caso da Feira Livre de Frederico Westphalen que, segundo dados de Figueredo e Dezordi (2018), a feira é considerada pela grande maioria dos frequentadores como um local de grande importância social, para se dialogar e trocar experiências. Isso explica o elevado número de consumidores aposentados ou pensionistas, visto que com a aposentadoria, este público passa a valorizar espaços que os estimule e favoreça a comunicação e a interação.

4.2.5. Dimensão Política

A Dimensão Política, no âmbito da Agroecologia, tem a ver com a participação efetiva e democrática nos processos envolvendo a produção agrícola e o desenvolvimento rural. É nas interações das pessoas e nas suas organizações associativas que se criam as condições para as discussões e para as tomadas de decisões, levando ao empoderamento dos agricultores e, conseqüentemente às mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento sustentável (REINIGER, WIZNIEWSKY E KAUFMANN, 2017).

4.2.5.1. Associativismo, cooperativismo e os espaços de participação

As organizações de agricultores familiares são importantes na medida em que buscam o desenvolvimento rural sustentável. As características dessas organizações do cooperativismo familiar e solidário são as de organização política e social das camadas mais humildes de agricultores para ampliar as oportunidades de acesso a mercados, à distribuição de riquezas, à maior participação e controle social (MAGRI e CORREA, 2012). Sobre o assunto, considerações dos atores sociais pesquisados.

“A Coopraff (cooperativa) quer ajudar a desenvolver essa ideia. A gente vai se colocar na situação de apoiador, de incentivador, até porque foi pra isso que a cooperativa foi criada, para o alternativo, não o convencional. Nisso se enquadra a agroindústria, se enquadra o artesanato, se enquadra o orgânico, se enquadra a

diversidade. Então, toda a iniciativa que estiver nesse sentido, nós vamos estar juntos, vamos apoiar. Por isso que temos que ter associações, estruturas em conjunto” (Ator Social: AGRICULTURA).

Para reforçar a afirmação anterior, as organizações cooperativas e associativas foram criadas pelos agricultores familiares de Frederico Westphalen, pela necessidade de comercialização de parte da produção gerada, fruto do capital social construído, ou seja, de um processo social e cultural de relações constituídas com acúmulo de valores organizativos e associativos.

4.2.6. Dimensão Ética

É a dimensão que está relacionada à solidariedade das pessoas com os seus, sejam os familiares, a comunidade ou mesmo alguém desconhecido. Também, dentro desta dimensão está a nossa responsabilidade, como humanos, na relação com o ecossistema e sua preservação. Neste sentido, precisamos ter internalizado os princípios e valores éticos nas ações e conexões em relação à sustentabilidade na agricultura, sejam elas técnicas ou atitudes que respeitem a diversidade cultural e que promovam a equidade social e política e a justiça econômica. Enfim, um compromisso verdadeiro com o outro e com os recursos naturais e de valorização da vida acima de tudo (REINIGER, WIZNIEWSKY E KAUFMANN, 2017).

4.2.6.1. Acesso a alimentos saudáveis para todos

Dentro do conceito de segurança alimentar e nutricional está o direito do acesso ao alimento (BRASIL, 2015). No entanto, este acesso previsto ainda está longe de sua plenitude quando dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2017, afirmam que aumenta a fome na América Latina e no Caribe. Também, pelo menos no caso do Brasil, deve-se levar em consideração os impactos negativos à saúde da população advindos do sistema alimentar hegemônico, como é o caso do aumento dos índices de obesidade e sobrepeso (BRASIL, 2015). Esses impactos nos faz pensar sobre a qualidade nutricional dessa alimentação que está disponível às famílias brasileiras e como melhorar isso. A seguir, as percepções dos atores sociais pesquisados.

“Nós somos décadas de vida. Nós temos décadas de vida. De zero a dez anos, de dez a vinte, de vinte a trinta e segue de acordo com cada um. Agora, se eu quero chegar bem nos 60 ou 80 anos, o que eu vou ter que fazer para não ter doença? Para mim não ter desgaste nas articulações? Não é tomando remédios quando aparece a dor! É, sim, prevenir para não ter a dor! Mas prevenir como? Com alimento saudável e com a busca do conhecimento” (Ator Social: SAÚDE).

Para complementar esse assunto de que o acesso ao alimento pode estar muito ligado à renda e conhecimento, podemos mencionar dados do município de Frederico Westphalen quando de uma pesquisa realizada pela UFSM-FW, em 2018, avaliando os consumidores da feira livre local que acontece semanalmente. Pelos dados obtidos, o nível de instrução dos frequentadores da feira é relativamente alto, visto que parte majoritária dos entrevistados tem ensino médio completo ou curso superior, sugerindo que parte da população mais instruída

reconhece a importância da feira e de hábitos alimentares mais saudáveis. Além do desemprego, baixos ingressos salariais e talvez número elevado de dependentes podem demonstrar escassez ou falta de condições financeiras para realizar compras na feira. Essa situação estaria estimulando que o cidadão abdique de comprar na feira e de adquirir bons hábitos alimentares (FIGUEREDO e DEZORDI, 2018).

4.2.6.2. Responsabilidade e solidariedade

Produzir alimentos orgânicos sem o uso de resíduos sintéticos que possam vir a trazer algum dano à saúde dos consumidores é uma responsabilidade dos agricultores e onde aparece a questão ética. Mesmo existindo a legislação e os organismos de avaliação da conformidade orgânica, é no momento em que o agricultor estiver consciente da responsabilidade ética no seu processo de produção de alimentos que surge outro aspecto relevante que é a solidariedade para com o consumidor, sendo a recíproca verdadeira. Isso foi possível perceber em um agricultor que fez parte dos atores sociais pesquisados.

“Hoje, se eu tivesse que passar veneno, eu não passaria, pela minha convicção. Eu acho que você, como humano, filho de Deus que te deu a vida e você tem que preservar e fazer de tudo por ela. Porque alimento é vida, é que nem a água, o ar. E aí você vai colocar veneno no alimento para o outros comer”? (Ator Social: AGRICULTURA).

4.3. Perspectivas Sobre o Tema Pesquisado

A seguir estão as perspectivas dos atores sociais pesquisados sobre o que poderia ser feito para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos. As principais respostas foram:

- a) Organizar os consumidores para adquirir produtos agroecológicos.
- b) Capacitar mais agricultores e técnicos para a produção agroecológica.
- c) Divulgar bem mais nos meios de comunicação a forma e as vantagens da produção agroecológica, tanto para o agricultor e seu meio como para os consumidores em geral.
- d) Necessidade de ampliar ações de conscientização para diminuir o uso de agrotóxicos e aumentar a produção orgânica.
- e) Precisa ampliar o conhecimento de quem produz e, também, de quem consome.
- f) Enfatizar à população os benefícios de consumir alimentos orgânicos para a prevenção da saúde.
- g) Reformular para melhor as políticas públicas relacionadas ao assunto do alimento de qualidade.
- h) É o consumo que demanda à produção, por isso é preciso organizar/regulamentar mais o consumo.
- i) Precisa mais investimentos nas instituições públicas para gerar conhecimento científico para empoderar os agricultores e mudar de forma gradual os sistemas de produção para agricultura orgânica.

- j) Criar vitrine virtual para aquisição de insumos e comercialização de orgânicos.
- k) Melhorar legislação que favoreça a pequena produção diversificada.
- l) Ampliar as feiras municipais.

Sendo assim, avalia-se que as percepções e sugestões descritas vão de encontro a ações que já estão sendo feitas mas que devem ser ampliadas e potencializadas.

Mesmo que por hora possa haver retrocessos, as mudanças de paradigmas dão sinais de que estamos obrigados a caminhar na direção da sustentabilidade. Essa afirmação se confirma em uma fala do público pesquisado.

“A dependência tecnológica é cada vez maior na Agricultura Convencional. No orgânico, lá no conceito, é que vai produzir e vai deter a tecnologia, ele vai construir a tecnologia, ele vai apropriar-se dessa tecnologia. Então, se nós pensarmos em uma agricultura orgânica no mesmo viés convencional, me parece que é um tanto contraditório. Veja, nós temos 50 anos de produção com químicos e toda a história da agricultura anterior a isso é sem a utilização massiva de produtos químicos. Então, isso quer dizer que não temos a possibilidade de ter mais 50 anos de produção com essa química sintética no planeta, o ambiente e as circunstâncias não darão conta”!
(Ator Social: EDUCAÇÃO).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi o de levantar a percepção dos vários atores sociais do município de Frederico Westphalen/RS em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional. Ao final, cabe ressaltar que a temática envolvendo a Agroecologia é de uma ampla. Sendo assim, podemos considerar que:

- a) As percepções do público pesquisado, o conjunto de sugestões, observações e reflexões dão conta de uma riqueza significativa.
- b) Algumas ações estão sendo feitas, outras precisam de completude, outras estão no campo das ideias e expectativas.
- c) Unanimidade dos atores sociais pesquisados (mesmo que de áreas diferentes) quanto ao respeito e a importância dos alimentos orgânicos para a Segurança Alimentar e Nutricional.
- d) Unanimidade dos atores sociais pesquisados de que alimentos orgânicos e a sustentabilidade da agricultura se encaixam melhor no perfil dos agricultores familiares proporcionando sua reprodução social.
- e) As propostas que oferecem efeitos mais duradouros para a humanidade e o planeta em termos de sistemas alimentares mais sustentáveis são drasticamente diferentes do modelo hegemônico de hoje.
- f) Mesmo que por hora possa haver retrocessos, as mudanças de paradigmas dão sinais de que estamos obrigados a caminhar na direção da sustentabilidade.

Como reflexão final, é sabido que, na atualidade, o modelo hegemônico está amparado em uma agricultura com práticas e manejos simplificados e alinhado com o viés puramente econômico, mesmo que isso signifique ameaças às gerações futuras de todas as espécies do planeta. Hoje, é aceito mundialmente que o sistema global de agricultura atual é um fracasso

ambiental e social. Sendo assim, há uma necessidade urgente de transformar radicalmente nossos sistemas alimentares. As propostas da Agroecologia são as que oferecem efeitos mais duradouros para a humanidade e o planeta em termos de sistemas alimentares mais sustentáveis, no entanto, elas são drasticamente diferentes do modelo hegemônico atual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 1. Ed. Guaíba, RS: Editora Agropecuária, p. 21-51, 2002.

AZEVEDO, E. **alimentos orgânicos**: Ampliando os conceitos de Saúde Humana, Ambiental e Social. Florianópolis/SC: Editora Insular, p. 43-62, 2003.

BORGUINI, R. G.; ELIZABETH A. SILVA TORRES, F. **Alimentos Orgânicos: Qualidade Nutritiva e Segurança do Alimento**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(2): 64-75, 2006. Disponível em:
< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1833>> Acesso em 15 Dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA)**, Brasília, 2001. Disponíveis em: <<http://portal.anvisa.gov.br/programa-de-analise-de-registro-de-agrotoxicos-para>> Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>, acessado em 16 nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 46**, de 6 de outubro de 2011. Disponível em:
<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. Brasília, DF, 2014 a. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf> Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014 b. 156 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 18**, de 20 de junho de 2014 c. Disponível em:
<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-18-de-20-de-junho-de-2014.pdf/view>> Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. Brasília, 2015 a. **Caderno de Orientação**- Comida de Verdade no Campo e na Cidade. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20manual%20de%20orientaes.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva Acerca dos Agrotóxicos**. PDF. Nº 010, Brasília: Ministério da Saúde, 2015 b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Coordenação de Agroecologia**: Resumo de suas Atribuições e Iniciativas. 2016 a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/agricultura-organica/coordenacao-de-agroecologia-mapa-26.pdf/view>> Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2016 b. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Brasil agroecológico: **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – Planapo: 2016-2019 / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016 c. 89 p. : il. ; 21 cm x 29,7 cm. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso 02 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília. 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diário Oficial da União**. Brasília. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67956251> Acesso em: 19 mar. 2019.

BUAINAIN, A. M.; SOUSA FILHO H. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**: questões para debate. Volume 5, 1ª Edição. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA-Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura. p. 13-23, 2006.

CAPORAL, F. R.; J. A. COSTABEBER. **Agroecologia**: Alguns Conceitos e Princípios. Brasília, Unesp, 2004. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/AgroecologiaConceitoseprincipios.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2017.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Recife, p. 503, 2015.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, p.13-32, 2009.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica – Novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina/PR: IAPAR, p.29-147, 2012.

EMATER/RS-ASCAR. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. **Estudo de Situação**. PDF. Escritório Regional da Emater/RS, Frederico Westphalen/RS, 2016.

EMATER/RS-ASCAR. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. **Relatório PNAE 2016**. PDF. Unidade de Cooperativismo (UCP). Escritório Regional da Emater/RS de Frederico Westphalen/RS. p. 1-20, 2017.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe**, 2017. Disponível em:
<<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1037691/>> Acesso em 14 Out. 2017.

FERIGOLLO D., KIRSTEN V.R., HECKLER D, FIGUEREDO O.A.T., CASSARINO J.P., TRICHES R.M. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul**. Revista de Saúde Pública. 2017; 51:6; <<https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006648>> Acesso em 15 Nov. 2018.

FIGUEREDO, O. A.T.; DEZORDI, J. V. **A feira do produtor de Frederico Westphalen (Brasil) como alternativa para agricultura familiar**. X Congresso ALASRU, Montevideu, Uruguai Nov. p. 1-16, 2018.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FURLANETTO, E. L. **Instituições e Desenvolvimento Econômico: A Importância do Capital Social**. Revista de Sociologia e Política V. 16, Número Suplementar: 55-67 Ago. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Pag. 43.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009. Pag. 56/58.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades do Rio Grande do Sul**, 2010. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43>> Acesso em 02 Jun. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.Tabela 6652 - Número de estabelecimentos agropecuários por uso de agricultura orgânica - resultados preliminares, 2017**. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6652>> Acesso em 19 Nov. 2018.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Alimentos Orgânicos nas Escolas – Guia para Gestores**. São Paulo/SP, Idec, 2018.

MAGALHÃES, L. **Mitose**. TodaMatéria: Conteúdos escolares, 2018. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/mitose/>> Acesso em 14 Out. 2018.

MAGRI, C. A.; CORREA, C.E. **Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário**: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Passo Fundo RS: IFIBE, 2012. Pag. 28.

MINAYO, M. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25 edição revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, RJ, 2007.

NEVES, D. C. G. *Análise de Políticas Intersetoriais de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o caso de um município de Espírito Santo*. Dissertação (Dissertação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – UFRRJ. Rio de Janeiro, p. 104, 2018.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 223-227, 2018.

ORGANIS. Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil** - Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. 2017. Disponível em:

<<http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil-Relat%C3%B3rio-V20170718.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2018.

PELEGRINI, G. **Agroecologia**: realidade sociohistórica e perspectivas para a agricultura familiar. Frederico Westphalen/RS: Editora URI, p. 13-36, 2012.

PLANETA ORGÂNICO. **Panorama Geral**: Os números da agricultura orgânica hoje. Disponível em:

< <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/panorama-geral-os-numeros-da-agricultura-organica-hoje/>> Acesso em: 12 jun.2017.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ª edição. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 2006.

REDEECOVIDA. **Rede de Agroecologia Ecovida**, 2018. Disponível em:

< <http://ecovida.org.br/sobre/> > Acesso em: 02 nov. 2018.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios da Agroecologia**. 1ª edição. UAB/NTE/UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. P. 91, 2017.

RUBBO, J. P. *Avaliação dos Controles de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano dos Sistemas de Abastecimento de Água do Rio Grande do Sul em 2016*. Dissertação (Aperfeiçoamento Especializado) – Residência Integrada em Saúde, Ênfase em Vigilância em Saúde, da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 120. 2017.

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de Horticultura Orgânica**. 3ª ed., atualizada. Viçosa/MG: Aprenda Fácil, p. 20-44, 2014.

TABAI, K.C. Segurança alimentar e Nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise R. Perdomo Azeredo (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. São Paulo: Ed. Atheneu, p. 19-26, 2017.

TABAY, K.C. Políticas de segurança alimentar e saúde pública. In: Lucia Aparecida Valadares Sartorio. (Org.). **Sustentabilidade: qualidade de vida, economia alternativa e educação**. 1ª ed. Nova Iguaçu: Editora Entorno, 2018, v. 1, p. 137-156.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. 1996.

ANEXOS

ANEXO 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo N° 797/2016

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado “*Segurança alimentar: a interesetorialidade no Brasil*” sob a responsabilidade da Profa. Kátia Cilene Tabai, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, processo 23083.0066555/2016-63, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 12/09/2016.

A handwritten signature in black ink, reading 'Jairo Pinheiro da Silva'.
Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
Matr. SIAPE 1109555
UFRRJ

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____ livremente participo da pesquisa: **ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PERCEPÇÃO DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN-RS, do trabalho de mestrado de Flávio Vogt**, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Kátia Cilene Tabai do Programa de Pós- Graduação em Agricultura Orgânica –PPGAO, do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e do mestrando Flávio Vogt.

Estou ciente do que se segue:

Objetivo da pesquisa: Estudar a percepção dos vários atores sociais em relação aos alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional no município de Frederico Westphalen, situado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Participação: Responder às perguntas feitas pelos entrevistadores.

Riscos: Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para ações e projetos de fortalecimento da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos como estratégicos para a reprodução social dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional da população.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas.

Declaro estar ciente das informações deste termo de consentimento e concordo em participar. Estou recebendo uma cópia deste termo.

Assinatura: _____

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO AOS ATORES SOCIAIS

1. Para você existem diferenças entre um alimento da agricultura convencional e um alimento da agricultura orgânica? () sim () não () não sabe.
2. Quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos convencionais na **dimensão econômico** quanto aos aspectos de?

<i>Aspecto</i>	<i>Tipo</i>	<i>Impacto</i>		
		<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Nenhum</i>
Gera emprego	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Gera renda	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Custo de produção	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Gastos com saúde pública	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Permite a inserção de outras formas de comercialização	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Comércio justo	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				

3. Quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos convencionais na **dimensão ambiental** quanto aos aspectos de?

<i>Aspecto</i>	<i>Tipo</i>	<i>Impacto</i>		
		<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Nenhum</i>
Produção diversificada	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Preservação de recursos naturais (solo, água, espécies vegetais)	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Contaminação de resíduos químicos sintéticos	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Dependência tecnológica	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Produtividade	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Dependência de importação de insumos	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				

4. Quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos convencionais na **dimensão social** quanto aos aspectos de?

<i>Aspecto</i>	<i>Tipo</i>	<i>Impacto</i>		
		<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Nenhum</i>
Segurança alimentar	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Soberania alimentar	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Saúde ao produtor e ao consumidor	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Qualidade nutricional	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Penosidade do trabalho	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				

5. Quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos orgânicos e quais os impactos positivos e negativos da produção e consumo de alimentos convencionais na **dimensão cultural** quanto aos aspectos de?

<i>Aspecto</i>	<i>Tipo</i>	<i>Impacto</i>		
		<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Nenhum</i>
Produção como um modo de vida	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				
Identificação com o alimento	Convencional			
	Orgânico			

Considerações:				
Visão de desenvolvimento endógeno	Convencional			
	Orgânico			
Considerações				
Relação de confiança produtor x consumidor	Convencional			
	Orgânico			
Considerações:				

6. Você acha que os alimentos orgânicos atendem seus hábitos alimentares?

() sim () não. Por que?.....

.....

7. Você se dispõe a pagar mais por alimentos orgânicos? () não () sim. Que percentual poderia pagar a mais? () até 20% () de 20 a 50% () mais de 50%

8. Você conhece as políticas públicas existentes de apoio à agricultura Orgânica?

() PLANAPO () PRONAF () PNAE () PAA () Guia Alimentar () Outro.....

9. Está envolvida com alguma delas?

() PLANAPO () PRONAF () PNAE () PAA () Guia Alimentar () Outro.....

10. O que você está fazendo para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos?

() Eventos () Divulgação () Ensino e extensão () Apoio a comercialização

() Apoio a políticas públicas () Apoio à produção () Outro.....

Considerações:.....

.....

11. O que poderia ser feito para aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos?

.....

.....

ANEXO 4



Imagem 1 - Reunião com agricultores para certificação orgânica via Rede Ecovida, em 2018.



Imagem 2 - Ponto de vendas da Cooperativa Coopraff de Frederico Westphalen/RS



Imagem 3 - Ponto de vendas da Cooperativa Coopraff de Frederico Westphalen/RS



Imagem 4 - Unidade de produção de morango orgânico, associado da Cooperativa Coopraff de Frederico Westphalen/RS



Imagem 5 - Atores sociais pesquisados neste trabalho em 2018.



Imagem 6 - Reunião de reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Frederico Westphalen/RS em 2018.